



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NILTON DE SANTANA DOS SANTOS

FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS QUE AFETAM O
DESEMPENHO DE INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: OS CASOS DA BAHIA E DO
ESPÍRITO SANTO

Salvador
2018

NILTON DE SANTANA DOS SANTOS

**FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS QUE AFETAM O
DESEMPENHO DE INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: OS CASOS DA BAHIA E DO
ESPÍRITO SANTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Amilcar Baiardi

Coorientador: Prof. Dr. Raimundo Luiz Nunes
Vaz da Silva

Salvador
2018

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

S237 Santos, Nilton de Santana dos
Fatores endógenos e exógenos que afetam o desempenho de Institutos
Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: os casos da Bahia e do Espírito
Santo/ Nilton de Santana dos Santos. – Salvador, 2018.
96 f.

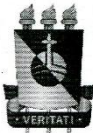
Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência
de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Amilcar Baiardi

Coorientador: Prof. Dr. Raimundo Luiz Nunes Vaz da Silva

1. Formação Profissional 3. Políticas de Educação Profissional
4. Desenvolvimento Humano 5. Avaliação Institucional I. Universidade Católica
do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação II. Baiardi,
Amilcar – Orientador III. Silva, Raimundo Luiz Nunes Vaz da – Coorientador
IV. Título.

CDU 373.6(81)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

TERMO DE APROVAÇÃO


NILTON DE SANTANA DOS SANTOS

**“REPERCUSSÃO DOS FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS QUE AFETAM O
DESEMPENHO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA BAHIA E DO ESPÍRITO SANTO”.**

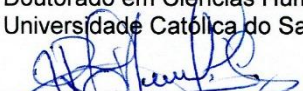
Tese aprovada como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 25 de janeiro de 2018

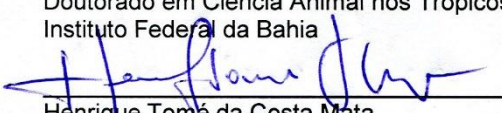
Banca Examinadora:




Amílcar Baiardi
Doutorado em Ciências Humanas Economia
Universidade Católica do Salvador




Raimundo Luiz Nunes Vaz da Silva
Doutorado em Ciência Animal nos Trópicos
Instituto Federal da Bahia



Henrique Tomé da Costa Mata
Doutorado em Economia Aplicada
Universidade Federal da Bahia



Januzia Souza Mendes
Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências
Universidade Estadual do Estado da Bahia



Fabiana Souza Mendes Miranda
Doutorado em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A meu pai **Clarindo Gabriel dos Santos**, “*in memoriam*” que mesmo com toda dificuldade ofereceu o que há de melhor, o que ninguém pode tirar – a Educação. À minha mãe **Luiza de Santana dos Santos**, que em vida se preocupou em prover amor e atenção aos filhos. Aos meus filhos Eduardo Logrado dos Santos, Mariana Logrado dos Santos, Carolina Santos e Santos e Gustavo Santos e Santos, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder uma vida repleta de bênçãos. Obrigado Senhor, por não ter deixado faltar equilíbrio e coragem durante minha caminhada.

A Leide, amor da minha vida, uma companheira que esteve presente em todos os momentos. Obrigado por me fazer feliz! Esta vitória é nossa.

Aos meus irmãos, principalmente Nivaldo, Nilza, Neide e Nailson, pela torcida positiva em prol de tudo o que sonhei. Amo vocês!

Aos meus sobrinhos Rafael, Nadilson e Tarcísio, exemplo de pessoas, dedicados e colaboradores, minha eterna gratidão.

A meu amigo e colega Miguel, que juntos formamos a dupla mais unida da UCSAL, “a dupla do barulho, como dizia o Prof. Silvio Bandeira. Porque, sozinho, jamais teria chegado ao fim desta empreitada.

Ao meu amigo, professor João Batista Alves Novaes, a minha gratidão e reconhecimento em proporcionar grande oportunidade para meu avanço profissional e pessoal, sempre confiando na minha capacidade, sendo um dos responsáveis pelo meu crescimento e pelas conquistas alcançadas em minha trajetória de vida.

Ao Professor Dr. Henrique Tomé da Costa Mata – meu orientador do mestrado e grande incentivador para que um dia concluísse o doutorado, além de ser uma pessoa especial é um exemplo de profissional – meus sinceros agradecimentos.

Às minhas colegas e amigas Neurisângela Maurício dos Santos Miranda e Thaline Novaes Carneiro, vocês deram o apoio e o pontapé inicial para que eu pudesse participar desse processo, vocês não imaginam o quanto lhes sou grato.

Ao meu amigo e colega Professor Dr. Raimundo Luiz Nunes Vaz da Silva, pela presteza e disposição em participar da banca examinadora, meus sinceros agradecimentos.

A meu amigo Alisson Leal, quantas vezes me salvou dos *panes* tecnológicos solucionando as birras do meu notebook, meus sinceros agradecimentos.

Aos colegas de turma, pela companhia nas muitas horas de estudo e pelas mensagens de força quando esta parecia querer chegar ao fim.

Ao corpo docente do doutorado, pelos ensinamentos valiosos que me fizeram, sem dúvida, obter uma nova visão das questões sociais do Brasil e do mundo.

Aos professores Pedro Vasconcellos, Maria Cristina Alencar, Silvio Bandeira “*in memoriam*”, Nelson Baltrusis “*in memoriam*”, Silvana Carvalho, Maria Helena, Laila Nazem

Mourad, por conduzirem esta experiência acadêmica na direção não apenas de tornar-me simplesmente uma cabeça “cheia de informação”, mas acima de tudo e o melhor: uma cabeça “bem-feita”, que foge ao óbvio das realidades aparentes.

Aos funcionários da UCSAL, pela prontidão e o carinho com que sempre atenderam às minhas demandas, ajudando-me assim a concluir o doutorado.

À Instituição do IF Baiano, por possibilitar-me realizar o doutorado com afastamento total, através do Reitor Sebastião Edson Moura, que sempre se mostrou preocupado na capacitação dos servidores, buscando induzir a todos que, para crescer, é necessário capacitar-se.

Ao meu orientador Prof. Dr. Amilcar Baiardi, um agradecimento especial. A maneira simples de ensinar e orientar fez do senhor uma pessoa humana e respeitosa. Muito obrigado por sua dedicação, paciência e competência.

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.”

Jean Piaget

SANTOS, Nilton de Santana dos. **Fatores endógenos e exógenos que afetam o desempenho dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia: os casos da Bahia e do Espírito Santo.** 2018. 96 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social). Universidade Católica do Salvador, 2018.

RESUMO

Este estudo, com o objetivo de investigar e identificar os fatores endógenos e exógenos que interferem no desempenho educacional e na qualidade do ensino dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia e do Espírito Santo, teve o propósito de verificar porque estes institutos pertencentes à mesma rede federal de ensino, vinculados à Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia (SETEC/MEC), demonstraram uma disparidade em relação ao desempenho educacional dos alunos no Exame do Enem/2014, considerando que ambos adotam a mesma política de ensino, defendida pelo MEC, e com dotações orçamentária/financeira equitativas para o desempenho de suas atividades administrativas e didático-pedagógicas. Nesse sentido, foi realizada esta pesquisa, de natureza comparativa, valendo-se, também, da pesquisa exploratória e explicativa, tendo como fonte de dados os relatórios de gestão, além da pesquisa bibliográfica, para inquirir e compreender o processo educacional, desde a colonização até os dias atuais, e as leis que regem a educação brasileira. Através da pesquisa de campo, foram aplicados questionários e entrevistas com os Pró-Reitores de Ensino, Desenvolvimento Institucional, Pesquisa e Extensão, o que possibilitou identificar e analisar uma série de dificuldades relacionadas com os fatores endógenos e exógenos que afetam o desempenho institucional, como: a questão do processo seletivo, estágios, recursos financeiros para as bolsas, alto índice de evasão, engajamento dos professores, participação da família no processo ensino-aprendizagem, dentre outros. Esses pontos relatados pelos entrevistados reforçam o dualismo do ensino no Brasil, historicamente implantado, que ainda persiste nos tempos atuais. Os resultados deste estudo indicam que os fatores endógenos e exógenos que repercutem em detrimento da qualidade do ensino podem ser amenizados com políticas educacionais mais efetivas e algumas ações mais eficientes do próprio MEC, que pode auxiliar os gestores para a tomada de decisões mais coerentes com a realidade, através de planejamento e avaliação de desempenho mais efetivos.

Palavras-chave: Formação Profissional. Políticas de Educação Profissional. Desenvolvimento Humano. Avaliação Institucional.

SANTOS, Nilton de Santana dos. **Repercussion of endogenous and exogenous factors that affect the performance in Federal Institutes of Bahia and Espírito Santo.** 2018. 96 f. Thesis (PhD in Territorial Planning and Social Development). Catholic University of Salvador, 2018.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate and identify the endogenous and exogenous factors of influence in the educational performance and the quality of the teaching of the Federal Education Institutes of Science and Technology of Bahia and Espírito Santo was designed to understand why these institutes belonging to the same federal education network, and under the guidance and supervision of the (SETEC / MEC), demonstrated disparity in student's performance during the Enem / 2014 Examination, despite the fact that both have the same teaching policies, implemented by the MEC, and with equitable budgetary / financial allocations for the implementation of its administrative and didactic-pedagogical activities. In this sense, this research was carried out in a comparative nature, using exploratory and explanatory investigation as data source management reports, as well as bibliographical research, to inquire and understand the educational process, from colonization to present day, as well as the set of guidance and rules by which the Brazilian educational system is designed and organized.

A field inquiry with questionnaires and interviews targeting Pro-Rectors of Teaching, Institutional Development, Research and Extension made it possible to identify and analyze a series of endogenous and exogenous factors that affect institutional performance such as: screening and enrolling process; internships; financial resource for scholarships; high dropout rate; teacher engagement; family participation in the teaching-learning process; among others. These points reported by the interviewees reinforce the dualism of teaching in Brazil, historically implanted, that still persists in the present times. The results of this study indicate that the endogenous and exogenous factors that affect the quality of teaching can be mitigated by more effective educational policies and some more efficient actions of the MEC itself, which can help managers make decisions that are more coherent with reality through a more effective planning and evaluation of performance. **Keywords:** Vocational Training. Professional Education Policies. Human development. Institutional Evaluation.

Keywords: Vocational Training. Professional Education Policies. Human development. Institutional Evaluation

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação entre o número de candidatos e as vagas oferecidas.	37
Gráfico 2 - Identifica a relação de ingresso por alunos matriculados	38
Gráfico 3 – Titulação do corpo docente.	39
Gráfico 4 – Representa a quantidade de alunos matriculados em relação ao número de docentes.....	40
Gráfico 5 – Representa o índice de eficiência acadêmica	41
Gráfico 6 – Representa a relação de concluintes por alunos matriculados	42
Gráfico 7 – Apresenta a relação de retenção do fluxo escolar.	43
Gráfico 8 – Representa o custo anual por aluno	44
Gráfico 9 – Representa o recurso que é repassado pelo MEC.....	45
Gráfico 10 – Representa o total de alunos matriculados.....	46
Gráfico 11 - Perfil Socioeconômico dos Alunos do IFES.....	48
Gráfico 12 – Representação dos fatores endógenos e exógenos mais impactantes nos institutos federais da Bahia e do Espírito Santo.....	49
Gráfico 13 - Ranking do ENEM 2014 entre os Institutos Federais da Bahia e do Espírito Santo.....	51
Gráfico 14 – Comparação das provas objetivas do ENEM - 2014 entre as médias nacional e dos Institutos Federais.....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia e distribuição dos <i>campi</i> do IFBA	27
Figura 2 - Mapa de localização dos <i>campi</i> do IFES	29

LISTA DE ABREVIATURAS

APL	Arranjos Produtivos Locais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CFE/MEC	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
D	Doutorado
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DCNEP	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional
DEPLAN	Departamento de Planejamento
DH	Desenvolvimento Humano
E	Especialização
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
ETF	Escola Técnica Federal
G	Graduação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Educação Aplicada
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

M	Mestrado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OREALC	Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe
PIB	Produto Interno Bruto
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RG	Relatório de Gestão
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União
UNEDs	Unidade de Ensino Descentralizadora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	15
1	INTRODUÇÃO	16
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
3	METODOLOGIA	31
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1	AMOSTRAGEM DA RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE CANDIDATOS E AS VAGAS OFERECIDAS.	37
4.2	IDENTIFICA A RELAÇÃO DE INGRESSO POR ALUNOS MATRICULADOS.	38
4.3	IDENTIFICA O ÍNDICE DE QUALIDADE DO CORPO DOCENTE	39
4.4	IDENTIFICA A QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS EM RELAÇÃO AOS DOCENTES.	40
4.5	INDICADOR DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DOS CONCLUINTES	41
4.6	RELAÇÃO DE CONCLUINTES/ALUNO MATRICULADO	42
4.7	ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	43
4.8	CUSTO ANUAL DO ALUNO	44
4.9	GASTO CORRENTE.....	45
4.10	ALUNOS MATRICULADOS.....	46
4.11	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO IFES	47
5	ANÁLISE DOS FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS COM BASE NAS ENTREVISTAS	49
5.1	FATORES EXÓGENOS.....	49
5.2	FATORES ENDÓGENOS.....	55
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	ANEXO	66
	ANEXO A - PESQUISA DE CAMPO	66

APRESENTAÇÃO

Escrever pensamentos em uma folha de papel não se constitui em uma fácil tarefa. Contudo, é uma forma fundamental de comunicação, mesmo com todo o avanço da tecnologia digital. Os símbolos escritos eternizam sentimentos e valores a uma coletividade de modo imensurável e imprescindível no processo de educação.

Educar é uma necessidade, educar com afeto e valores é uma arte. Primeiro, porque não existem regras prontas ou receitas para uma boa educação e segundo, porque demanda o desenvolvimento da autorreflexão e do autoconhecimento de quem educa – e todos nós que educamos! (MARQUES, 2012).

A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os fatores que interferem no desempenho de nossas unidades educacionais no geral e, em específico, nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, nos incentivou a desenvolver a pesquisa que sustenta a tese intitulada “Repercussão dos fatores endógenos e exógenos que afetam o desempenho dos Institutos Federais da Bahia e do Espírito Santo”, que apresentamos neste manuscrito.

Qualidade e performance constituem dois elementos essenciais no processo de educação e estão intimamente associados à formação da cidadania. Assim, neste trabalho, apresentamos um estudo comparativo entre duas unidades educacionais situadas em diferentes realidades regionais, vinculadas ao Ministério da Educação do Governo Federal.

1 INTRODUÇÃO

O desempenho institucional resulta de uma série de fatores denominados endógenos e exógenos que associados, repercutem na qualidade das Instituições de Ensino. Diferentes realidades regionais, culturais, antropológicas, sociais e econômicas refletem neste processo. O Estudo de duas instituições localizadas em regiões díspares como o Nordeste e o Sudeste, nos permite compreender os fatores que atuam e interferem no processo educacional. Estes fatores que atuam interna e externamente, refletem as diferenças territoriais e como o desempenho das instituições educacionais são afetados. Salvador-BA e Vitória-ES, embora com as respectivas origens de descobrimento historicamente próximas, tiveram uma dinâmica de desenvolvimento socioeconômico e cultural distintas. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

A qualidade da educação é um fenômeno bastante complexo, que envolve múltiplas dimensões, não estando limitados apenas dentro da escola, mas envolvendo diversos fatores externos que interferem na qualidade da educação. Dourado, Oliveira e Santos, (2007) comentam a existência de um panorama para a análise das dimensões intra e extraescolares. Esse panorama deve ser analisado sobre dois aspectos: o espaço social e as obrigações do Estado. O primeiro reporta-se à dimensão socioeconômica e cultural abrangendo o acúmulo de capital econômico, social e cultural, a necessidade de políticas públicas e projetos escolares para o enfrentamento de questões como fome, drogas, violência, sexualidade, famílias, raça e etnia, acesso à cultura, saúde, etc.

O segundo panorama na visão dos mesmos autores, reporta-se às obrigações de Estado, destacando a ampliação e manutenção das instituições de ensino, a garantia de padrões de qualidade, igualdade de condições de acesso e permanência, a definição e efetivação de diretrizes nacionais, para os diferentes níveis de ensino, a implementação do sistema de avaliação no processo de gestão educativa, a execução de programas suplementares de apoio, de acordo às especificidades de cada território.

Os problemas no sistema de escolarização pública no Brasil são históricos e vêm se modificando através das manifestações da sociedade que busca modificar o atual cenário educativo, numa perspectiva de quebrar as barreiras das desigualdades existentes na educação brasileira. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

A educação brasileira possui particularidades e estas devem ser consideradas devido à dimensão continental do país. As regionalidades expressam variáveis quanto ao desenvolvimento

político e social dentro de um contexto histórico de império, ditadura e democracia que afetaram o desenvolvimento da sociedade brasileira e o consequente processo educacional.

Este trabalho teve como objetivo, investigar, identificar e verificar os fatores endógenos e exógenos que afetam o desempenho dos Institutos Federais da Bahia e do Espírito Santo, por intermédio da análise comparativa dos indicadores de desempenho educacional e de entrevistas com gestores.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para melhor compreender a complexidade da qualidade da educação, tanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), utilizam o paradigma de insumo-processo-resultados. Dessa forma, a qualidade da educação é definida levando em consideração a disponibilidade dos recursos materiais e humanos que a ela são destinados, bem como outros aspectos que ocorrem no âmbito da instituição escolar e da sala de aula, seja nos processos de ensino e aprendizagem, seja nos currículos e até mesmo no comprometimento dos docentes e discentes. Ressalta-se ainda que a qualidade da educação precisa estar em sintonia com a avaliação, pois, nessa complexidade de obter os melhores resultados é que vai expressar-se o desempenho institucional.

Outro documento que busca explicar o fenômeno relativo à qualidade educacional é analisado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), quando questiona que a qualidade da educação precisa abordar outras ferramentas e diagnósticos como instrumentos avaliativos. A Cepal considera que a avaliação educacional repercute nas políticas públicas, além de orientar nas intervenções no campo educativo. Nessa perspectiva, pode-se entender que os modelos de averiguação podem contribuir para melhorar a qualidade da educação quando comparados e analisados com os parâmetros de referência dos insumos e processos eficazes que elevem o rendimento escolar.

A Unesco/Orealc identificou quatro variáveis que fortalecem a composição da qualidade da educação: a pedagógica, a cultural, a social e a financeira. Nessa visão a Unesco considera que a variável pedagógica é fundamental e se efetiva quando o currículo é cumprido de forma eficaz. Com referência à perspectiva cultural, os documentos indicam que os conteúdos precisam estar articulados com as condições, possibilidades e aspirações das diferentes regiões e populações. Pelo lado da variável social, a Unesco sinaliza que a educação é de qualidade quando contribui para a equidade. E, quanto ao aspecto econômico, a qualidade da educação refere-se à disponibilidade e eficiência no uso dos recursos financeiros destinados à educação (UNESCO, 2002).

Segundo Schwartzman e Castro (2013), a baixa qualidade da educação brasileira tem ramificações negativas também para o ensino técnico, repercutindo no aquecimento da economia, pois o mercado de trabalho demanda de técnicos que tenham conhecimento cada vez mais aguçados.

Essa dualidade do ensino no Brasil é histórica, pois sempre houve uma educação direcionada para duas camadas da sociedade: uma educação destinada para a classe elitizada

com formação propedêutica que visava atender aos cargos públicos ou obter uma formação superior e outra educação direcionada para as classes desfavorecidas que atendia aos serviços que exigiam menores ou nenhum conhecimento técnico, e esse comportamento educacional ainda persiste até os dias de hoje, onde identificamos escolas para a camada da população de baixa renda e escolas para a camada da população de maior poder aquisitivo.

Essas informações fundamentam o estudo comparativo que refletem na categoria de análise correlacionada aos fatores endógenos e exógenos. Através desses fatores fica evidente a análise de como se encontra o gerenciamento e/ou o funcionamento e a oferta de ensino em termos comparativos entre as instituições analisadas, que buscam oferecer uma educação de qualidade.

Em relação à metodologia de procedimento, com base nos dados internos e demais informações gerenciais, pode-se verificar se as metas estão sendo alcançadas e, para tanto, faz-se necessário analisar os indicadores a seguir, para melhor compreender o desempenho educacional das referidas Instituições, tais como: a qualificação docente, infraestrutura, número de alunos por instituto, relação candidato/vaga, gastos correntes por aluno, relação aluno/docente, assim como os fatores exógenos, a exemplo dos indicadores socioeconômicos e culturais, aspectos geográficos, históricos, econômicos e humanos, que configuram o território onde estão inseridos os referidos Institutos, sendo esses fatores os aspectos de grande relevância no escopo desta pesquisa, pois podem influenciar no desempenho das Instituições.

Há de se considerar que a qualidade do ensino resulta de uma complexa correlação que envolve, não somente fatores específicos da Instituição de Ensino, mas também os correlacionados à realidade socialmente construída em cada território, numa abordagem onde serão observadas as peculiaridades histórico-culturais e econômicas dos territórios de inserção de cada instituto analisado.

Quanto às fontes de dados e informações, a escolha desses indicadores tem como fundamento essencial o reflexo da realidade de como esses Institutos vêm atuando e se comportando diante dos anseios da comunidade, que espera uma educação que eleve o nível de conhecimento e atenda às necessidades do mercado, possibilitando a promoção social.

A qualidade na educação vai além dos indicadores aqui relacionados e, por outro lado, torna-se impossível mensurar todos os aspectos subjetivos que envolvem o processo educacional na formação do cidadão, bem como suas habilidades e competências para a formação profissional, a exemplo do comprometimento, da responsabilidade e do gostar e fazer, tanto do docente quanto do aluno.

A análise qualitativa dos indicadores educacionais elucida o desempenho dos institutos, parte integrante do objeto de estudo, podendo ser demonstradas as disparidades e as

proximidades em relação ao desenvolvimento de suas gestões, foco central desta pesquisa, considerando a realidade fática de cada Instituto.

Segundo Minayo (1993, p. 22), “a diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza”, não se deve colocar sob a esfera da oposição o qualitativo do quantitativo. Há diferenças entre esses dois conceitos, o que não exclui a semelhança, pois se há semelhança, há a diferença. A inexistência da semelhança é a inexistência da diferença. Se não há o semelhante, há a igualdade, e o que não é igual, torna-se oposto, completamente no âmbito dualista-oposição.

A educação média no Brasil está estagnada, tanto em quantidade quanto em qualidade de educação que os alunos recebem, e existe uma percepção generalizada de que o Brasil não está formando pessoas com as qualificações mínimas necessárias para o exercício da cidadania e para a inserção produtiva no mercado de trabalho. Segundo a análise dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica brasileira, SAEB, feita pelo movimento “Todos Pela Educação” em 2011, somente 11% dos jovens cursando a terceira série do Ensino Médio dominavam os conhecimentos mínimos de matemática esperados para este nível, e somente 28.9% dominavam os conhecimentos mínimos de língua portuguesa. A situação era particularmente ruim nas escolas públicas, onde as percentagens caíam para 5.8% e 23.3%, respectivamente. Nas escolas públicas do Nordeste, somente 3.2% dos estudantes adquiriram os conhecimentos mínimos de matemática, e no Sudeste, não passou de 7,7% (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, p. 50).

Outros autores citam que são diversas as causas que podem resultar no baixo desempenho da qualidade da educação e consideram que existem três pontos importantes que não podem passar despercebidos: a condição socioeconômica das famílias, as características de funcionamento das escolas e a qualidade dos professores (SCHWARTZMAN e CASTRO, 2013).

Para que os fatores endógenos e exógenos de uma instituição de ensino sejam estudados como indicadores de qualidade é necessário analisar se a natureza da instituição está em sintonia com as políticas e gestão da educação de cada instituição/país (SANTOS, 2000). Isso leva a acreditar que a qualidade do ensino não pode ser desenvolvida se não for através da formação de professores. Montoro (1999) considera que a qualificação maior dos docentes, adaptações curriculares mais individualizadas, maior dotação de recursos técnicos, humanos e materiais implicariam em melhoria da qualidade de ensino. Segundo o autor, o professor é o elemento básico para o desenvolvimento da qualidade de ensino. Garrido (1992), García (1994) e Pérez (1995) consideram a formação do professor como fundamental na melhoria da qualidade da educação.

De acordo com a visão de Ferreira (2009), a qualidade do rendimento acadêmico pode ser melhorada a partir do momento que exija uma identificação, uma compreensão e uma qualificação de todos os setores intervenientes, sejam eles internos ou externos às instituições de ensino. Nessa análise, verifica-se que são diversos os fatores endógenos e exógenos que repercutem na qualidade do ensino, tratando-se de um desafio para os gestores implantarem uma política que coloque em sincronismo toda a problemática na busca de solução, visando estabelecer uma gestão que proporcione o desenvolvimento educacional.

Esse leque de fatores também está associado aos professores, alunos, aos currículos, às instituições e aos contextos, sendo de natureza pedagógica, social, cultural e econômica (TAVARES, 2000).

Pesquisas realizadas por Machado (2007), revelam que existem escolas desenvolvendo ensino de qualidade, destacando-se através dos exames de avaliação, a exemplo do ENEM. Essas escolas diferenciam-se das demais da rede, apresentam um quadro de professores qualificados e uma infraestrutura que possibilita aos alunos boa aprendizagem. Ainda acrescenta que essa qualificação perpassa pela implantação de projeto político pedagógico elaborado por todo o corpo acadêmico, além de existir uma cultura que envolva também a família e os alunos. É praxe da mídia classificar o ensino brasileiro como de péssima qualidade.

As notícias jornalísticas que exploram o lado negativo dessas instituições não fazem o mesmo com as escolas que estão seguindo uma linha de desenvolvimento, visando a qualidade da educação e, desse modo aquelas escolas que aproximam a cultura e a educação, valorizando o esporte, o compromisso do professor, ensina outros idiomas, são poucas reconhecidas e divulgadas nacionalmente pela mídia.

Ocorre que, nessas escolas que não estão bem organizadas, os professores não demonstram compromisso com a educação, existem diversos problemas em nível de ensino, indisciplina e as instalações são de péssima qualidade, têm muito pouco o que fazer para que os estudantes aprendam e se desenvolvam.

A partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi estabelecida nova sistemática de utilização dos indicadores de desempenho institucional, visando abordar outras realidades funcionais através da utilização de informações obtidas nos três últimos anos, para comparação e análise dos resultados que são levados aos órgãos fiscalizadores e ao próprio Ministério da Educação. (BRASIL, 2008). Esta prestação de contas realizada no final de cada exercício funcional dos Institutos, será analisada pelos órgãos fiscalizadores emitindo parecer quanto à aplicação dos recursos e atendimento às legislações praticadas pelos institutos.

A história da Educação no Brasil não deve ser compreendida por um viés hegemônico. Falar da própria história da educação brasileira requer leituras mais abertas e amplas a respeito de como, num país construído por diversos povos e suas culturas, aconteceram as articulações e apropriações que contribuíram para a formação da política educacional brasileira.

Antes de este país ser chamado de Brasil, já existiam diversas culturas e estruturas familiares, educacionais indígenas, que não devem ser desconsideradas no contexto histórico da construção educacional no país. Somado a isso, haviam várias formas e estruturas educacionais que ainda são desconhecidas, principalmente para muitos historiadores da educação brasileira. (CARVALHO, 1978, p. 57 apud BONTEMPI JÚNIOR, 2000).

Parafraseando o professor Baiardi (1995), houve um total descompromisso com o território, pois construíam uma sociedade baseada somente nos valores patriarcais e patrimoniais, desvalorizaram a força de trabalho escrava e não manifestaram qualquer compromisso com a sorte dos excluídos (BAIARDI, 1995).

O padrão cultural da colônia de exploração tem sua gênese determinada por: 1) atraso cultural relativo da Península Ibérica em comparação com o resto da Europa; 2) escassez de recursos humanos; 3) mentalidade fidalga do colono recusando executar trabalhos manuais; 4) imposição de integração ao circuito comercial internacional; 5) domínio de rotas com a África e a convivência com formas de escravidão por parte de Portugal; 6) padrão de acumulação baseada na “plantation”; 7) clientelismo e favoritismo do Estado para com as aventuras empresariais da nobreza; 8) escravidão colonial como forma de combinar fatores de produção abundantes e escassos na produção agrícola e agroindustrial; 9) cumplicidade da Igreja Católica que fazia, para salvaguardar sua missão de catequese dos indígenas, distinção na escravidão de nativos e de populações provenientes da África. (BAIARDI, 2016, p. 207-208).

Em 1549, ocorreu a chegada dos primeiros padres jesuítas, considerados os primeiros interlocutores da colônia e os nativos indígenas, também foram considerados os primeiros educadores do Brasil, pois foram pioneiros na implantação do sistema de ensino das colônias portuguesas. (MANFREDI, 2002)

Nesse mesmo raciocínio Baiardi, (2016), comenta que:

(...) a Ordem dos Jesuítas conduzia as atividades educacionais e supervisionava quaisquer outras manifestações culturais. Paradoxalmente, os padres jesuítas individualmente deram contribuições, mas o mesmo não se pode dizer da Ordem Jesuítica que adotara rigidamente o paradigma escolástico e que era funcional as políticas do reino de Portugal para as colônias. (BAIARDI, 2016, p. 214)

Em 1808, com a vinda da família Real para o Brasil-Colônia, a educação e a cultura sofreram uma nova dinâmica, mediante o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores, a exemplo do curso de Medicina nos Estados da Bahia e do Rio de Janeiro. (MANFREDI, 2002)

O sistema educacional promovido por D. João VI, foi muito importante e direcionado para atender às necessidades imediatas da corte portuguesa no Brasil. Os cursos criados, em diversas áreas tinham como objetivo suprir às demandas de formação profissional, o que causou um grande impacto na evolução da educação superior brasileira, não havendo, entretanto, prioridade ao ensino primário, o qual permaneceu sem a devida atenção.

O processo de ensino-aprendizagem, via junção entre educação e trabalho, ocorria no próprio engenho, onde os trabalhadores – em suma, escravos, pois os índios não se habituaram ao trabalho – aprendiam no trabalho e para o trabalho. Tal contexto denota o prevalecimento das técnicas sobre a teoria, uma vez que o trabalhador aprenderia no próprio ambiente de trabalho somente o que fora determinado – para satisfazer necessidades que não são suas, mas sim do senhor. (MANFREDI, 2002).

A construção do conceito de trabalho ao longo da história do Brasil, bem como, o posicionamento da população frente à relação entre trabalho manual e intelectual, fortalece a dualidade existente na educação, uma vez que o conceito “trabalho manual” passa a ser relegado à classe dominada e o trabalho intelectual destinado à classe dominante.

A educação artesanal desenvolveu-se através de processos não sistemáticos, a partir da experiência direta de jovens aprendizes com seus mestres adultos, na sua oficina, na sua casa, em espaços para tal destinados na fazenda, no engenho, na área da mina etc. O máximo de regulamentação existente nessa modalidade deu-se no âmbito das corporações de ofício, que prescreviam, através de seus “regimentos”, como o de Lisboa de 1572, condutas para o aprendizado do futuro oficial. (CASTANHO, 2006, p.3-4).

Com a Independência do país, em 1822, ocorreram mudanças sociopolíticas e econômicas que influenciaram diretamente a política educacional, a exemplo da Constituinte de 1823, que pela primeira vez defendeu o ensino universal e a educação popular, além do debate da criação das universidades no Brasil, e toda essa discussão resultou na Constituição de 1824. Contudo, o projeto de fundação das universidades não prosperou, surgindo em seu lugar os cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, em 1827. Assim, houve o fortalecimento do ensino profissional e utilitário, adotado pela política educacional iniciada por D. João VI.

Ao longo de cerca de 135 anos de colônia de povoamento, as mudanças mais marcantes em termos de empreendedorismo e disposição de assumir riscos por parte dos agentes econômicos, ocorreram nos estados do sul e sudeste. Os padrões culturais de um ou de outro modelo de colonização estão presentes em todos os segmentos da população brasileira, independente de credo e de raça. O legado lusitano foi o principal responsável pelos obstáculos ao desenvolvimento de valores capitalistas no Brasil. (BAIARDI, 2016, p. 211).

Esse atraso na modernização torna o Brasil cada vez mais distante do processo de industrialização comparado com a Europa. Enquanto aqui os pesquisadores contavam com o apoio da Coroa e do patrimônio do Imperador D. Pedro II, não recebiam, entretanto, dotações regulares do Tesouro Nacional e esse comportamento estava muito aquém das necessidades para sustentar um trabalho científico (BAIARDI, 2016; SCHWARTZMAN e CASTRO, 2013). Assim, a regularização de verba para o desenvolvimento de pesquisa e o pagamento dos salários para os pesquisadores seria uma forma de incentivar a pesquisa no Brasil. Surge então, como política de incentivo à pesquisa o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), em 1859. Essa instituição foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa por produto que tinha por finalidade, a economia agroexportadora. (BAIARDI, 2016, p. 220).

Os institutos criados à época pelo Imperador tinham como algumas de suas incumbências fundar escolas agrícolas, introduzir máquinas e instrumentos agrícolas e estudar, através de comissões técnicas, as causas permanentes ou transitórias da decadência da agricultura, animando-as por meio de prêmios e facilitando o transporte e a venda dos produtos agrícolas. Fazer a propaganda do ensino agrícola era também uma importante atribuição (TORRES, 1926).

Em 1932, ocorreu o Manifesto dos Pioneiros a exemplo de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, dentre outros, que incentivaram um movimento, buscando implantar no Brasil os parâmetros de uma Escola Nova, que lutava por uma reforma pela educação, tal como: a educação enquanto instrumento de democracia, deve ser pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem segregações; níveis articulados de ensino, conforme as especificidades regionais, seguindo os princípios regidos pelo governo central; educação funcional e ativa, centrada no estudante; e exigência de curso superior para todos os professores, mesmo do ensino fundamental. (DOROTEU, 2012).

A organização da Rede de Ensino Técnico-Profissional teve sua origem na última década da Primeira República quando emergiu a preocupação em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. Devido à influência dos movimentos político-sociais e ideologias que acreditavam que com a multiplicação de instituições escolares, a nação chegaria a igualar-se às grandes potências do

mundo e tiraria o povo da sua situação de marginalidade. É verdade que foi dada ênfase à escolarização, como forma de vencer o analfabetismo, tido como um dos grandes problemas nacionais. (NAGLE, 1974).

A educação profissional sempre teve como principal objetivo o fortalecimento para as classes menos favorecidas social e economicamente, tendo em vista que os primeiros registros para a formação profissional, foram direcionados àquelas pessoas que se encontravam em situações de extrema pobreza. Situação essa que vem desde a época do Império, quando a educação popular era considerada para as classes dominantes e o ensino superior era de responsabilidade do poder central.

Schwartzman e Castro (2013) comentam que no ano de 1942, embora o próprio Ministério da Educação tenha se esforçado em oferecer um sistema eficiente para a educação profissional, foi o setor industrial que deu um passo importante à frente, implantando um sistema próprio e independente de formação técnica, conhecido como Sistema “S”. Este sistema começou a funcionar a partir do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, e quatro anos mais tarde foi instalado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), sendo que, em 1946, ambos atendiam com eficiência às exigências imediatas do mercado de trabalho, ficando sob a responsabilidade das empresas as demandas dos cursos de aprendizagem e/ou treinamentos, que eram oferecidos em curta duração.

Para Werthein (2000), a educação profissional do século XXI passou por grande transformação, deixando de ter unicamente a finalidade na preparação dos alunos para o mercado de trabalho, procurando inovar através de métodos que proporcionassem ao aluno adaptações às novas tecnologias disponíveis no mercado que contribuíssem para a evolução de novas formas de encarar a globalização, nascendo assim, novos talentos, além de transformá-los em cidadãos críticos e responsáveis.

Falar sobre a importância da educação para o desenvolvimento de uma nação não é novidade. Desde os pensadores clássicos da economia, há discussão acerca da importância da difusão da educação básica para o desenvolvimento econômico de um país. Esses estudos investigam se o ensino básico ou o ensino técnico deveria ser priorizado, bem como a prioridade que seria conferida aos conteúdos curriculares do ensino técnico.

Mill (1988) ressaltou a importância do ensino e do ambiente cultural para o desenvolvimento do sistema econômico. Ao refletir sobre o trabalho, este clássico economista apontou a difusão geral da cultura e da instrução entre a população, como elemento essencial para a elevação da produtividade.

Assim, observa-se que a existência de recursos humanos capacitados é fator importante para estimular a ampliação e criação de novas empresas; colaborar no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capita; abrir caminho para a concorrência, criando novos fabricantes.

A educação e as competências das forças de trabalho geram o conhecimento científico sobre o qual se ergue o progresso de uma nação e que permite a adaptação e a adoção de tecnologias nas mais diversas linhas de negócios, e é neste aspecto que se destaca o papel estratégico da educação profissional. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Após ter passado por reformas estruturais no final do século passado, o Brasil pôde desfrutar, entre os anos de 2004 a 2008, de um desenvolvimento econômico considerável e o mercado de trabalho nacional experimentou ampliação de postos e de formalização dos contratos de trabalho. Todavia, o crescimento da rede de ensino técnico-profissional não acompanhou a expansão econômica e a diversificação da estrutura produtiva, o que contribuiu para que a participação dos títulos ocupacionais seguisse relativamente estável, por conta da baixa escolaridade da força de trabalho.

A constatação desse déficit educacional da força de trabalho levou ao longo dos últimos anos (a partir de 2008), a educação profissional e tecnológica, a ocupar uma posição estratégica como elemento de alavancagem para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Tanto assim, que o governo vem engendrando esforço articulado com o MEC para consecução de uma ampla política de fomento à Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo a de nível técnico (médio).

Entretanto, é preciso estar alerta para o fato de que a oferta educacional embora considerada como um dos fatores sistêmicos necessários para a construção da competitividade industrial, não é o único. A construção de vantagens competitivas sistêmicas, capazes de posicionar o país de forma distinta na divisão internacional do trabalho, é passo decisivo para alterar a estrutura ocupacional e de emprego.

Os Institutos Federais foram criados para suprir uma lacuna existente na área da educação brasileira, defasada ao longo do tempo num país de tantas oportunidades como o nosso. Essa Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica significa um grande avanço nas políticas públicas, cumprindo o compromisso social, valorizando a educação e combatendo as desigualdades estruturais da sociedade.

Segundo dados do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), até dezembro de 2008, essa rede federal contava com 36 Escolas

Agrotécnicas, 33 CEFETs com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal.

Com a criação dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), através da Lei nº 11.892/2008, o Ministério da Educação deu um passo largo na busca por ofertar uma educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, além de promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior. Investindo alto na infraestrutura física, nos quadros de pessoal e nos recursos de gestão. (BRASIL, 2008).

Em 29 de dezembro de 2008, através do Ministério da Educação foi sancionada a Lei nº 11.892/2008, que inovou um modelo institucional em termos de proposta político-pedagógica, sendo criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), oferecendo o ensino básico, profissional e superior, pluricurriculares e multicampi, tecendo um novo olhar à educação superior e profissional no país. (BRASIL, 2008).

O Instituto Federal da Bahia se constitui em um importante centro de referência, oferecendo uma educação de qualidade nos mais diversos municípios do Estado da Bahia. São 97 cursos técnicos e 34 cursos superiores. É através de uma gestão participativa e democrática que vem sendo construída sua identificação, visando atingir um ensino público de qualidade e oportunizando aos jovens que se encontravam na faixa dos excluídos a oportunidade de realizar um curso profissionalizante ou superior.

Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia e distribuição dos *campi* do IFBA



Nesse sentido, torna-se importante sincronizar à formação acadêmica à preparação para o trabalho. Essa é uma proposta que o IFBA vem desenvolvendo para criar uma estrutura curricular, que seja capaz de atender às demandas mercadológicas, preparando pessoas críticas, com alto teor de conhecimentos e competências que lhe possibilitem alcançar melhores condições de vida.

O *campus* Salvador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia está localizado no Bairro do Barbalho, enquanto a Reitoria do Instituto tem a sede na Avenida Araújo Pinho, nº 39, no Bairro do Canela, onde funcionava o antigo Colégio Marista. O *campus* Salvador, ocupa uma área de 50.000 m² com um prédio administrativo, oito pavilhões de salas de aulas, oficinas, laboratórios, biblioteca, ginásio de esportes, quadras externas e dois estacionamentos.

A comunidade acadêmica do IFBA é composta atualmente por 1.311 professores para educação básica e tecnológica, 70 professores para o ensino superior e 210 professores substitutos, técnico-administrativos, servidores terceirizados e mais de 26.000 estudantes matriculados em seus cursos regulares, 97 cursos técnicos de nível médio subsequente ao Ensino Médio, 34 cursos superiores, vários cursos em parceria com outras instituições de pós-graduação lato sensu, além de diversos cursos de curta duração do PRONATEC e outros cursos de extensão, conforme surgem as demandas.

O IFBA tem buscado atender às demandas sociais, participando ativamente com os mais diversos setores produtivos da comunidade, e essa filosofia tem levado a um excelente status de reconhecimento por parte da comunidade que enxerga nessa instituição o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

O Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) foi oficializado em 23 de setembro de 1909, no governo de Nilo Peçanha, denominando-se Escola de Aprendizizes Artífices do Espírito Santo. A Escola foi regulamentada pelo Decreto 9.070 de 25 de outubro de 1910, com o propósito de formar profissionais artesãos, voltados para o trabalho manual – um fator de efetivo valor social e econômico.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, com a Reitoria localizada na Avenida Vitória, 1729, na capital Capixaba, administra vários *campi*, conforme mapa abaixo:

Figura 2 - Mapa de localização dos campi do IFES

Alegre
 Aracruz
 Barra de São Francisco
 Cachoeiro de Itapemirim
 Cariacica
 Centro-Serrano
 Colatina
 Guarapari
 Ibatiba
 Itapina
 Linhares
 Montanha
 Nova Venécia
 Piúma
 Santa Teresa
 São Mateus
 Serra
 Venda Nova do Imigrante
 Viana
 Vila Velha
 Vitória



Fonte: Disponível: <<https://www2.ci.ifes.edu.br/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

Como instituição de educação profissional e tecnológica, o IFES tem por finalidade formar e qualificar profissionais. Além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase em produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Segundo Baiardi (1997, p. 97), os territórios têm em comum a gênese político-histórico-cultural, decorrente de uma mentalidade colonialista “*com raízes no pensamento aristocrático, senhorial e mercantil, de extração colonial e escravocrata*”. Contudo, os processos de evolução histórico-cultural dos Estados da Bahia e do Espírito Santo, certamente se encontram em estágios culturalmente diferenciados, em decorrência da formação étnica de cada um, seus meios de produção e matérias-primas existentes e exploradas, conforme os aspectos geográficos, portanto possuem identidades socioeconômicas e culturais próprias e distintas (fatores exógenos), as quais poderão ter grande relevância quanto ao desempenho educacional de cada Instituto.

Nessa lógica, (BAIARDI, 1995, p. 99) afirma, com propriedade, que a questão do “bloqueio cultural” é causa relevante das “vicissitudes” enfrentadas pela sociedade brasileira em seu processo evolucionista deste final de século.

Os indicadores de desempenho institucionais são essenciais para o planejamento, é uma ferramenta de controle e auxílio aos gestores nas tomadas de decisões, visando à melhoria contínua de todo o processo educacional, razão pela qual os indicadores de desempenho são elementos integrantes dos sistemas de avaliação do ensino (ELG, 2007; MAIA et al., 2008 apud VASCONCELOS, 2012).

Nessa perspectiva, o MEC implantou em 2009, o **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC**, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica (SETEC), que monitora o fluxo de alunos vinculados de cada instituto. Esse sistema foi definido como oficial na coleta de dados para o cálculo da matriz orçamentária.

Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9), preleciona que:

A qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos.

Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, considerando a relação que ocorre na escola e na sala de aula.

Com efeito, o conceito de qualidade na educação profissional, que resulta no rendimento escolar, envolve uma complexidade de fatores de natureza endógena e exógena, influenciando no processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, a participação dos docentes, as condições de vida dos alunos e de suas famílias, o seu contexto social, cultural e econômico, e a própria escola, juntamente com o projeto pedagógico, recursos, instalações, estrutura organizacional e ambiente escolar, devem ser considerados para uma análise comparativa entre os Institutos Federais da Bahia e do Espírito Santo.

3 METODOLOGIA

A abordagem central desta pesquisa foi um estudo comparativo e analítico, com base metodológica na investigação e comparação do desempenho entre os Institutos Federais da Bahia e do Espírito Santo.

Esta pesquisa foi realizada entre os dias 25 e 28/04/2017, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e do Espírito Santo. Foram investigados os relatórios de gestão dos referidos institutos dos anos de 2013 a 2015, utilizando os indicadores institucionais especificados pelo Tribunal de Contas da União - TCU e concomitantemente uma pesquisa qualitativa em campo, que constou da aplicação de um questionário para quatro (4) gestores de cada instituto, totalizando oito (8) entrevistados.

A metodologia aplicada a esses indicadores teve como base a utilização de dados, extraídos dos Relatórios de Gestão, comparados entre os Institutos estudados. Foram os seguintes, os indicadores utilizados:

a) Relação candidato por vaga:

Possibilita verificar o nível de interesse dos estudantes da localidade e região pelo ensino dos Institutos. Assim, quanto maior o interesse dos discentes por uma vaga do ensino ofertado permite um panorama quanto ao interesse e importância considerados pela clientela dos Institutos, em relação aos cursos ofertados, sinalizando um diferencial quanto à qualidade de ensino. Para efeito de cálculo foi utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Relação de candidato por vagas} = \frac{\text{Nº de inscrições}}{\text{Nº de vagas ofertadas}}$$

b) Relação concluinte por matrículas:

Representa o número de alunos concluintes em relação ao número de alunos matriculados, mostra a eficiência e eficácia da instituição. Através desse indicador será possível verificar quantos discentes estão em conclusão de curso numa relação de alunos matriculados no mesmo período, utilizando a fórmula matemática a seguir:

$$\text{Relação de ingresso por alunos} = \frac{\text{Nº de concluintes}}{\text{Nº de alunos matriculados}} \times 100$$

c) Eficiência acadêmica:

Quantifica a evasão ou retenção do fluxo de alunos que deixaram de avançar para a série subsequente, utilizando o seguinte cálculo matemático:

$$\text{Relações de inscrições por vagas} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de inscrições}}{\text{N}^\circ \text{ de vagas ofertadas}}$$

d) Relação de alunos por docentes:

Demonstra a correlação quanto ao nº de discentes em relação ao nº de docentes, que repercute na eficiência do ensino, portanto um indicador importante para verificar se as quantidades de docentes estão compatíveis ao número de discentes, para efeito desse quesito foi utilizado a seguinte fórmula:

$$\text{Relações de inscrições por vagas} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de inscrições}}{\text{N}^\circ \text{ de vagas ofertadas}}$$

e) Gastos correntes com discentes:

Estabelece a relação direta entre os gastos que a instituição realiza na manutenção e funcionamento. É o indicador da disponibilidade de recursos para a infraestrutura, assistência estudantil, transporte, alimentação, materiais pedagógicos e culturais, que contribuirão na erradicação da evasão e formação do corpo discente.

$$\text{Custo anual do aluno} = \frac{\text{Gastos Correntes}}{\text{N}^\circ \text{ de discentes matriculados}}$$

f) Índice de titulação do corpo docente:

Reflete a capacitação docente e o impacto na aprendizagem dos discentes, além do desempenho didático-pedagógico, para cálculo desse indicador utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de titulação do corpo docente} = \frac{(Dx5+Mx4+Ex3+Ax2+Gx1)}{(D+M+E+A+G)} x 100$$

g) Retenção do Fluxo escolar:

Este indicador representa o índice de retenção e alunos que por algum motivo não conseguiram obter aprovação para a série seguinte, permanecendo em curso após o término do ano letivo. Para efeito foi utilizado o seguinte cálculo matemático:

$$\text{Retenção do Fluxo Escolar} = \frac{\text{alunos retidos}}{\text{N}^{\circ} \text{ matrículas atendidas}} \times 100$$

h) Gasto corrente:

Esta informação, fornecida pela SETEC, identifica os gastos com investimentos e traduz todos os gastos aplicados em todas as fontes e grupos de despesas, adotando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Gasto corrente} = \frac{\text{Total de gastos despesas investimentos}}{\text{Gastos totais}}$$

i) Alunos matriculados:

Este indicador quantifica o número de alunos que foi efetivamente matriculado no ano letivo.

A análise de indicadores educacionais reflete o nível da gestão e o desempenho educacional de uma instituição, principalmente no que diz respeito ao alcance dos seus objetivos; o cenário do Brasil não é nada motivador quando se compara os indicadores educacionais com outros países do mesmo patamar econômico, com o Brasil ainda apresentando níveis muito baixos aos padrões internacionais. E o que causa mais preocupação é o fato de que o pouco investimento aplicado no capital humano ainda é muito mais visível na faixa da população mais pobre.

Os Indicadores Educacionais são uma ferramenta que tem por objetivo mensurar o desempenho organizacional e realizar uma análise comparativa, quando relacionados às políticas públicas. Observa-se que tais indicadores servem como parâmetro para analisar a eficiência na aplicação dos recursos públicos no caso específico dos indicadores apresentados e a sua relação com os objetivos fins da instituição.

O Relatório de Gestão é um instrumento analisado e fiscalizado pelo Tribunal das Contas da União, o TCU através do Acórdão nº 2.267/2005 que estabelece a metodologia de cálculo para os indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica (RFEPCT). A coleta de dados fora retirada através do SISTEC (dados de alunos) alimentados pelos *campi*.

O SISTEC, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, criado em 2009, pela SETEC, é um sistema pioneiro que visa fornecer mensalmente, informações sobre os cursos técnicos de nível médio, estruturas das escolas e dados dos alunos desse nível de ensino.

Na pesquisa de Campo, foram realizadas entrevistas com os Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Desenvolvimento Institucional dos institutos envolvidos, visando buscar através dos discursos dos gestores, fatos que podem elucidar informações para a análise da pesquisa. A entrevista é uma ferramenta importante que utiliza uma técnica através de perguntas e coletas de dados, para que o pesquisador obtenha informações mais seguras do tema a ser analisado. Entretanto, o pesquisador precisa de cautela quanto à metodologia para a sua elaboração, desenvolvimento e aplicação, visando a obtenção de resultados que fundamentem a tese.

As entrevistas foram estruturadas segundo o proposto por Dencker (2000). Ou seja, estruturadas, constituídas por perguntas definidas, ou semiestruturadas, permitindo maior liberdade ao pesquisador. As pessoas foram selecionadas para as entrevistas com base no grau de conhecimento sobre o assunto, para que forma as informações colhidas trouxessem maior acurácia ao objeto da pesquisa.

Os dados foram demonstrados por intermédio de tabelas e gráficos elaborados para representar a comparação entre os indicadores comparativos.

A área de abrangência desta tese trata da comparação de dois Institutos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), especialmente os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-BA e do Espírito Santo-ES, com dados levantados a partir de fontes secundárias, de 2013, 2014 e 2015, constantes no Relatório de Gestão (RG). Esse período temporal foi delimitado em função do próprio Relatório de Gestão que segue as orientações do Ministério do Planejamento, tomando por parâmetros, os registros dos três anos da gestão, em estratégia para a comparação com os anos anteriores.

Os dados foram analisados por intermédio da análise comparativa entre os indicadores, sistematizados em tabelas e gráficos usando o Excel 2010.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os resultados e sua discussão do presente estudo, buscou-se pontuar os fatores que se destacaram e, neste sentido, identificar o desempenho das instituições em estudos, conforme o levantamento dos indicadores educacionais obtidos através do Relatório de Gestão. Assim, foi desenvolvido uma tabela abaixo, com resumo dos indicadores e seus valores agregados, na qual será analisada comparativamente as variáveis que sinalizam ou influenciam no desempenho educacional.

Na Tabela I – constam os indicadores educacionais dos institutos envolvidos na pesquisa, onde buscou-se comparar no período de 2013 a 2015, o desempenho educacional considerando o relatório de gestão, peça fundamental do Tribunal de Contas da União, que fiscaliza e orienta quanto ao índice de eficiências dos gastos públicos empregados na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Em seguida, após a realização das entrevistas com os gestores dos institutos envolvidos na pesquisa realizou-se a análise das respostas aos questionários que serviram de embasamento para elucidar as dúvidas com relação à gestão que se desenvolve nas instituições em estudo e, dessa forma, criou-se um gráfico com o intuito de explicar os pontos mais impactantes no processo da gestão educacional aplicados nos referidos institutos.

Tabela 1. Indicadores educacionais constantes dos relatórios de gestão IFBA, IFES.

INDICADOR	ESTADOS							Média
	BAHIA			Média	ESPÍRITO SANTO			
	2013	2014	2015		2013	2014	2015	
Relação candidato / vagas (nº)	3,10	3,89	2,71	3,23	11,15	11,41	11,51	11,47
Relação ingresso/matriculada - %	35,25	22,72	18,92	25,65	28,59	32,05	28,41	29,68
Titulação do corpo docente (máx = 5)	3,68	3,50	3,72	3,63	3,79	3,77	3,99	3,85
Rel. de alunos/docentes (nº)	23,43	22,11	25,07	23,53	20,63	19,39	21,29	20,43
Índice de eficiência acadêmica -%	43,33	49,69	34,60	43,20	54,94	49,08	49,67	51,23
Relação de concluintes / aluno matriculado (nº)	5,07	5,34	5,14	5,18	19,52	11,34	11,92	14,26
Retenção do fluxo escolar (%)	33,76	34,40	51,07	39,74	34,95	36,74	40,54	37,41
Custo anual por aluno R\$ (1,00)	10.189	10.100	11.593	10.627	13.655	14.972	15.385	14.012
Gasto corrente R\$ (1000,00)	300.412.	361.745.	406.916.	356.357.	359.882.	421.510.	481.791	421.061.
Alunos matriculados (nº)	30.769	29.962	32.957	31.229	17.786	17.183	21.514	18.827

Fonte: Relatório de Gestão, 2015.

4.1 AMOSTRAGEM DA RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE CANDIDATO E AS VAGAS OFERECIDAS.

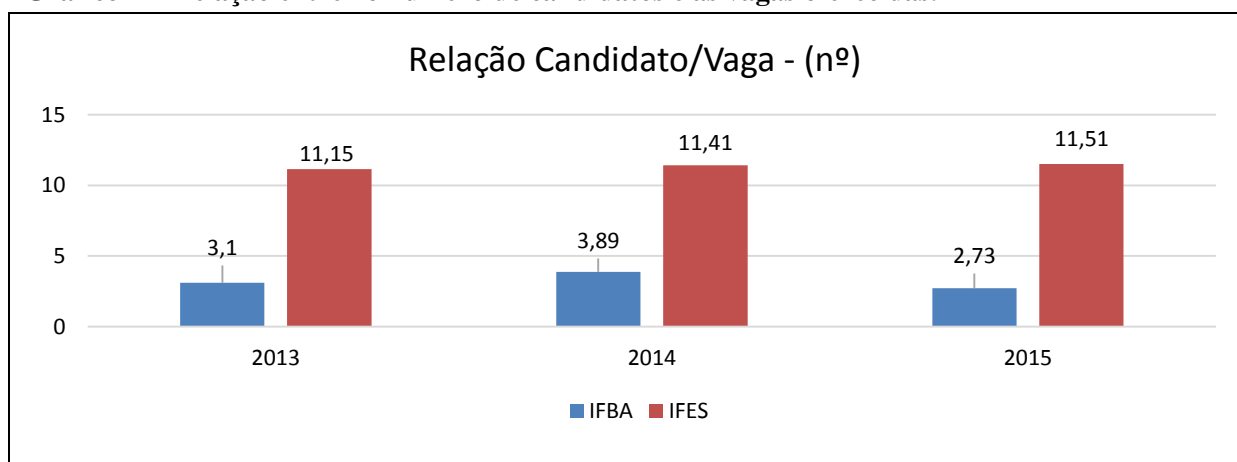
Esse índice mostra o interesse que os estudantes têm em frequentar um curso nos respectivos Institutos Federais, com o aumento da oferta de vagas e a oferta de novos cursos esses indicadores mostra aparentemente que no IFES a concorrência é mais acirrada que no IFBA, os cursos oferecidos são considerados de grande relevância para a sociedade e o mercado de trabalho, havendo considerar que os Institutos têm uma grande visibilidade local e regional, oferecendo cursos de qualidade, adequando o currículo às necessidades profissionais. Essa relação demonstra que quanto maior for a procura pela inscrição, maior será o interesse dos estudantes em querer estudar nos institutos.

Entretanto, essa relação depende dos cursos e da procura, pois, uma concorrência elevada vai mostrar o interesse por algum curso, ocasionando a reprovação de muitos candidatos no processo seletivo.

Esse procedimento em selecionar os candidatos termina excluindo muitos alunos que têm grande afinidade com o curso; pela lógica, aqueles alunos oriundos de boas escolas tendem a ser melhor classificados no processo seletivo; seria interessante que esse indicador tivesse valores próximos de 1.0, o que indicaria que a procura pelo curso estava em conformidade com a oferta do número de vagas.

A divulgação e a diversidade de cursos são fatores que tendem a aumentar esta relação de candidato por vagas, com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, além dos ótimos resultados quando da realização das avaliações dos Cursos Superiores pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a procura por parte dos estudantes em concluir um curso tem aumentado gradativamente.

Gráfico 1 – Relação entre 1o número de candidatos e as vagas oferecidas.



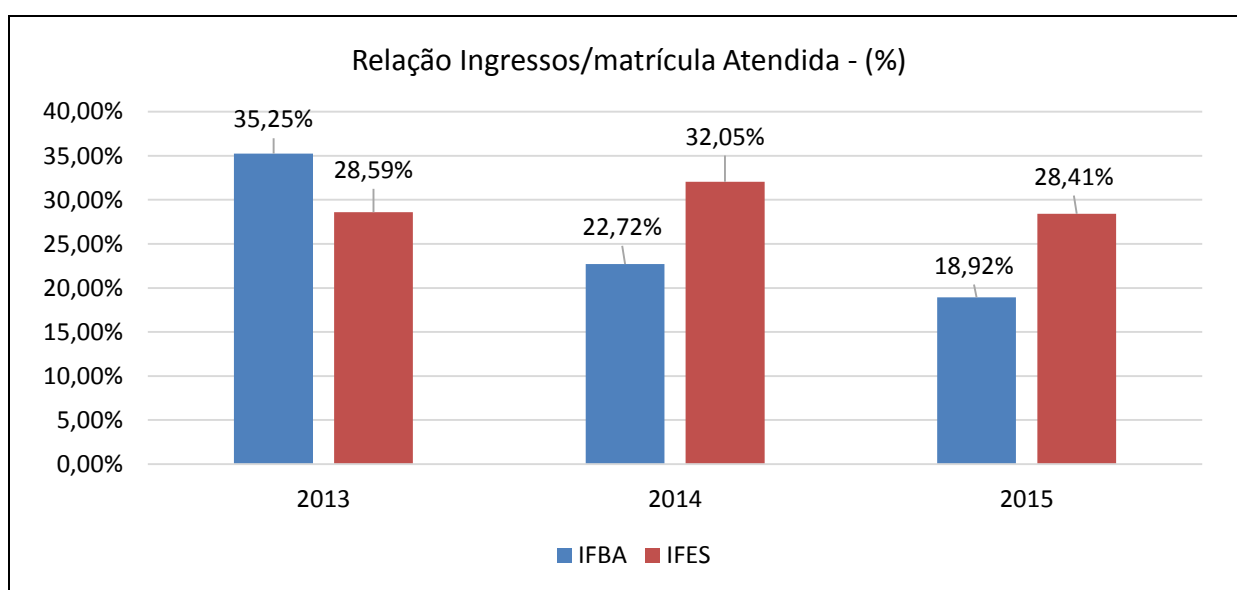
Fonte: Relatório de Gestão, 2015

Nesse aspecto, o IFBA aparece com indicadores entre os anos de 2013 a 2015, abaixo, do IFES, porém, fazendo-se necessário considerar o número de cursos oferecidos, número de campi, quantidade de salas de aulas e outras variantes relevantes para demonstrar essa disparidade entre os dois Institutos.

4.2 IDENTIFICA A RELAÇÃO DE INGRESSO POR ALUNOS MATRICULADOS.

Os dados referentes ao ingresso de alunos por matrícula atendida, compreende a quantidade de ingressos em relação ao total de alunos matriculados; nessa relação observa-se que o IFBA, apresenta um decréscimo no número de vagas ofertadas, segundo a análise do Departamento de Planejamento - DEPLAN, e esses dados não condizem com a realidade do IFBA, estando as informações distorcidas e foram alimentadas equivocadamente no SISTEC. Esse erro pode estar relacionado com a greve ocorrida no ano de 2015. Na realidade, essas são as informações prestadas e constantes nos dados alimentados no SISTEC. Quanto ao IFES, os dados informados aparecem mais uniformes, com pouca variação no período exposto, fatores exógenos, como pobreza, transporte e o alto índice da criminalidade têm contribuído para que os alunos decidam pelo ingresso em um curso técnico; outro fator que poderia melhorar esse índice nos Institutos, está relacionado ao funcionamento nos três períodos, oportunizando àqueles que trabalham, estudarem no turno noturno.

Gráfico 2 - Identifica a relação de ingresso por alunos matriculados



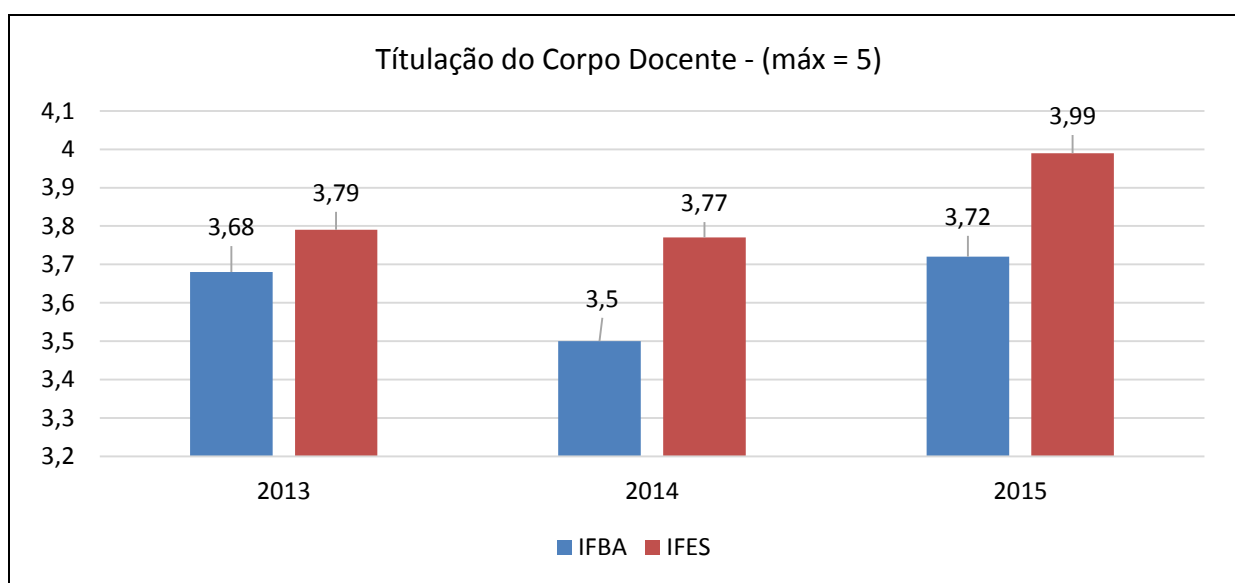
Fonte: Relatório de Gestão, 2015

Infelizmente, alguns *campi* não proporcionam à comunidade o seu funcionamento noturno, ficando uma estrutura funcional desativada durante um expediente que poderia estar colaborando com a oferta de cursos atendendo um percentual significativo da população.

4.3 IDENTIFICA O ÍNDICE DE QUALIDADE DO CORPO DOCENTE

A importância da titulação acadêmica para os docentes de instituições públicas no país, é comprovada na qualidade das aulas e realizações de pesquisa, tornando o profissional mais qualificado e com maior segurança ao transmitir conhecimentos. Nesse sentido, os cursos de pós-graduação contribuem significativamente para a evolução dos conhecimentos dos profissionais.

Gráfico 3 – Titulação do corpo docente.



Fonte: Relatório de Gestão, 2015

Nesta tabela, observa-se o índice de qualidade do corpo docente em que para o cálculo deste indicador foram adicionados o número de professores com titulação de doutorado multiplicado por 5, número de professores com titulação de mestrado multiplicado por 4, mais o número de professores com titulação de especialização multiplicado por 3, o número de professores com titulação de aperfeiçoamento, multiplicado por 2 e, por último, o número de professores com a graduação, sendo o total desta soma dividido pela soma dos números de

professores com suas respectivas titulações, multiplicado por cem. Considerou-se o valor máximo de cinco para este indicador.

Como se pode observar nesse indicador, nos anos de 2013 a 2015, o IFES manteve um valor um pouco acima em comparação com os resultados do IFBA, alcançando o maior valor no ano de 2015, correspondente a 3,99.

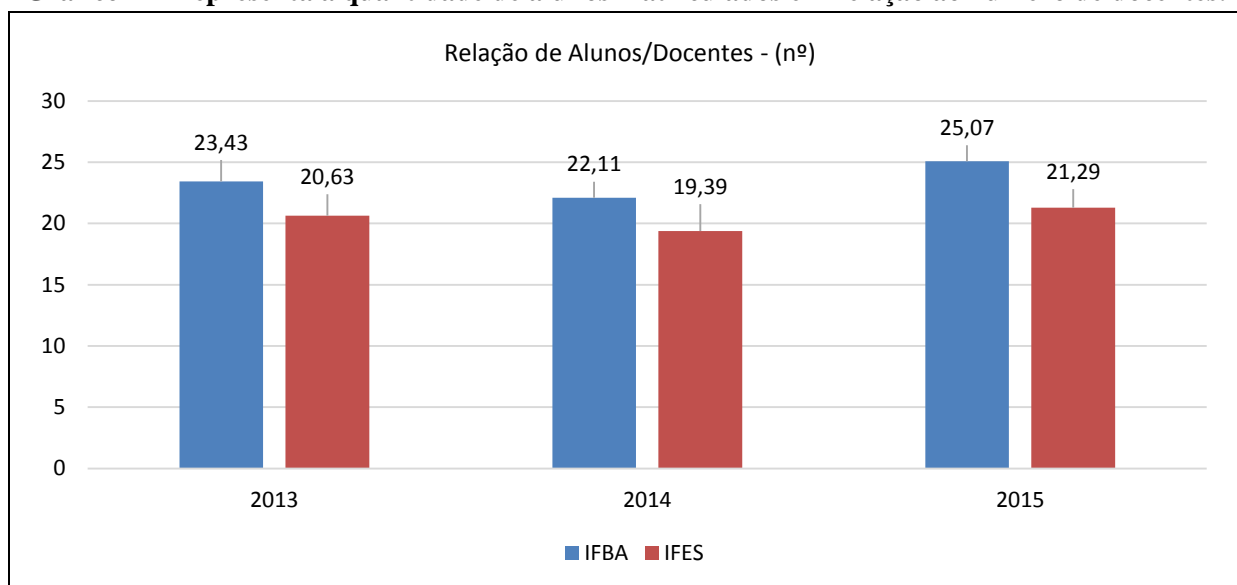
Os cursos de pós-graduação podem ser *lato sensu* ou *stricto sensu*, em que o primeiro refere-se aos cursos de especialização ou aperfeiçoamento, com regimento específico, enquanto que o segundo é classificado em cursos de mestrado e doutorado, sendo estes avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 1951.

Outro incentivo que tem colaborado e muito, foi o crescimento do número de bolsas de estudo concedidas a estudantes. Em 2001, a Capes e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) concederam 80 mil bolsas de mestrado e doutorado. Em 2010, dobrou a quantidade, alcançando 160 mil bolsas.

4.4 IDENTIFICA A QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS EM RELAÇÃO AOS DOCENTES.

A relação entre docentes e alunos matriculados é um item que deve ser observado quando se trata da qualidade das aulas a serem ministradas, com os professores enfrentando dificuldades em trabalhar em um ambiente onde o espaço disponível esteja além de sua capacidade, tornando as aulas cansativas e propícias ao surgimento de problemas de ordem disciplinar.

Gráfico 4 – Representa a quantidade de alunos matriculados em relação ao número de docentes.



Fonte: Relatório de Gestão, 2015

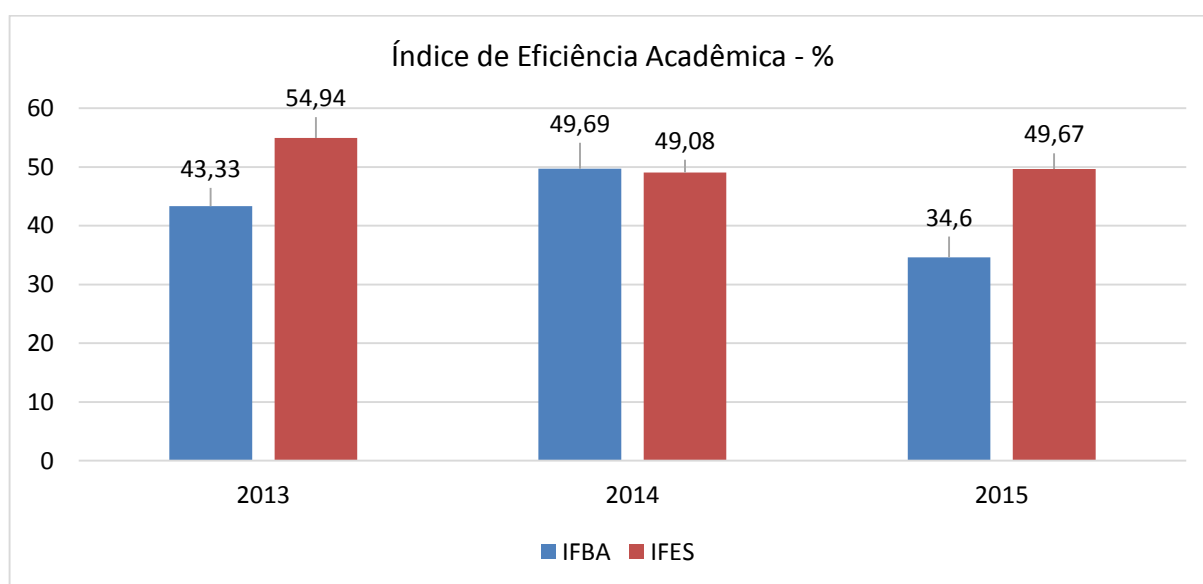
O número de alunos por sala, no ensino médio, é um tema que vem criando uma problemática para ser solucionado pela gestão escolar e, de fato, é preciso analisar o contexto regional e local sob a ótica do que é possível ao implementar uma política no sentido de absorver a capacidade máxima de alunos sem comprometer a qualidade do ensino, considerando que cada escola tem suas particularidades distintas no que tange ao número de professores, número de alunos e suas áreas “espaço”. Em 2007, a Comissão de Educação e Cultura aprovou a Lei nº 597, que estabelece os limites máximos de alunos por professor e, para o ensino fundamental, o número de alunos não deve ultrapassar a quantidade de 25 alunos e para o ensino médio, deve haver no máximo 35 alunos.

No caso dos institutos em análise, esta relação fica em média de 21 alunos, estando nos parâmetros estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação - PNE. É evidente que esses valores nem sempre correspondem à realidade de cada município, porém, trazem um alívio à classe docente em não ter que enfrentar salas superlotadas por questões ideológicas da própria gestão ou tentar sanar a problemática sem se preocupar com a qualidade do ensino.

4.5 INDICADOR DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DOS CONCLUINTES

Esse indicador estabelece o índice de eficiência acadêmica, ou seja, o conjunto de alunos que integralizou os créditos e está apto a colar grau.

Gráfico 5 – Representa o índice de eficiência acadêmica



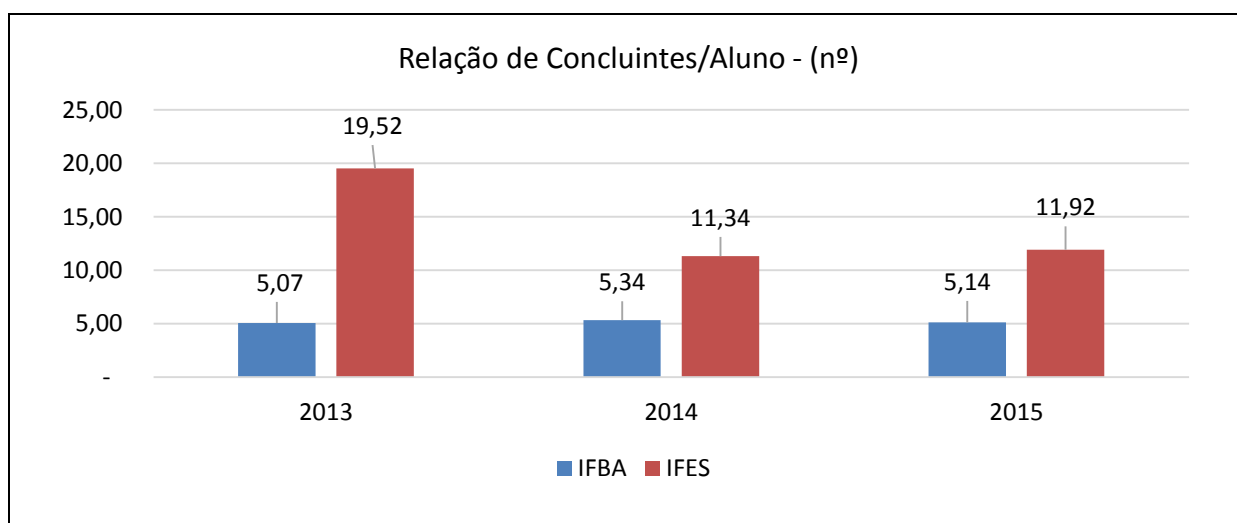
Fonte: Relatório de Gestão, 2015

Conforme pode-se observar na tabela acima, esse índice no ano de 2015 obteve uma pequena redução no IFBA, embora nos demais anos tenha se estabelecido bem próximo de 50%.

O índice de eficiência acadêmica, tem sua importância no momento em que mede a capacidade de uma instituição quanto ao papel social completando o ciclo de estudos para a obtenção de sua formação acadêmica, cabendo entretanto, salientar, que a eficiência acadêmica não está apenas associada ao término das atividades letivas, mas, também a outras variáveis que interferem no desempenho, como: estrutura física da instituição, equipamentos, manutenção, compromisso dos professores e dos técnicos administrativos, limpeza e o próprio acompanhamento da família. Todos esses fatores, dentre outros, vão colaborar para a eficiência acadêmica.

4.6 RELAÇÃO DE CONCLUINTE/ALUNO MATRICULADO

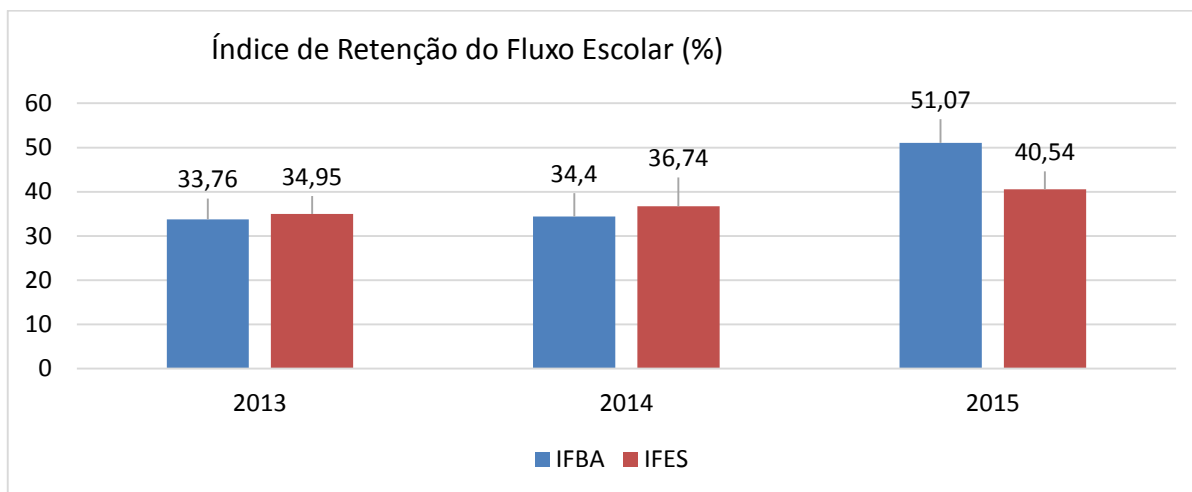
Gráfico 6 – Representa a relação de concluintes por alunos matriculados



Esse indicador configura a taxa da relação de concluintes por total de alunos matriculados. Nesse indicador observa-se que o IFES obtém um desempenho melhor que o IFBA, no ano de 2013, quando alcançou seu maior indicador no patamar de 19,52%, e nos anos de 2014 e 2015 se manteve estável, apesar de mostrar índices superiores aos do IFBA, com um percentual de 11,34 e 11,92, respectivamente. No IFBA, esta relação esteve no patamar de 5% nos respectivos períodos.

4.7 ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Gráfico 7 – Apresenta a relação de retenção do fluxo escolar.



Fonte: Relatório de Gestão, 2015.

O índice de retenção escolar indica o percentual em números de alunos que não conseguiram concluir ou abandonaram o curso. Observando-se o gráfico acima é possível constatar ser um valor preocupante os alunos que não obtêm a conclusão do curso.

São diversos fatores que contribuem para um alto índice nesse requisito. A reprovação elevada, caracterizada pela baixa formação nos anos iniciais, principalmente nas áreas do núcleo comum. Outros problemas que parecem contribuir para esse índice, estão relacionados com a questão do transporte, trabalho e o aumento no número de componentes curriculares.

Na visao de Costa (1980), o rendimento escolar dos alunos, oriundos de familia cuja condição financeira é mais estruturada, é melhor do que a dos alunos, que vêm de origem familiar, onde o nível sócio-econômico é baixo. Essa característica de alunos que apresentam rendimento maior, são os que melhor se alimentam, possuem melhor moradia, geralmente os pais possuem nível educacional mais elevado, possibilitando maior motivação para o processo de aprendizagem – todos esses fatores têm um impacto na família, influenciando no rendimento acadêmico.

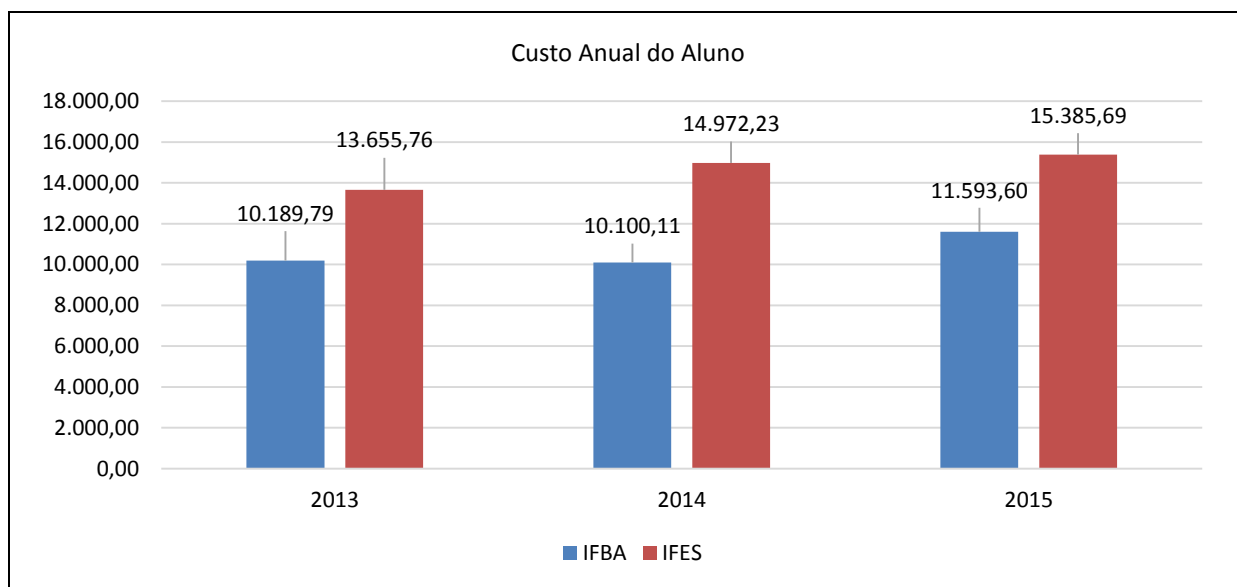
Como é possível observar no gráfico acima, tanto no IFBA como no IFES esse indicador mostra uma preocupação que precisa ser analisada mais a fundo, devido à alta incidência de alunos que não logram aprovação nos cursos que estão frequentando, traduzindo-se em um grande prejuízo para a sociedade brasileira. E o que chama mais atenção é o crescimento desse indicador nos anos em análise.

No IFES, algumas atividades têm sido desenvolvidas para reduzir tal índice, são elas: monitorias ofertadas e recuperação paralelas, disponibilização de bolsas de pesquisa, extensão e ensino como incentivo, além de estágios remunerados; também foi criado um atendimento especial para aqueles alunos com maior deficiência na tentativa de reduzir a reprovação.

4.8 CUSTO ANUAL DO ALUNO

O índice referente ao custo médio por aluno, faz referência ao quanto a instituição investe no alunado, sendo o cálculo efetuado através da divisão do valor de custeio pela quantidade de alunos matriculados, onde observa-se que nos anos em referência, os valores tiveram um ligeiro aumento, cabendo resaltar que o aumento do investimento no alunado é proporcional ao quantitativo de novos cursos e aumento do número de matrículas; quanto maior for o número de alunos matriculados, menor será o investimento, tomando como base o valor do custeio.

Gráfico 8 – Representa o custo anual por aluno



Fonte: Relatório de Gestão, 2015

Nesse aspecto, o IFES apresenta o custo por aluno um pouco superior ao do IFBA, entre os anos de 2013 a 2015, sendo que, no ano de 2015, os dois institutos tiveram um ligeiro melhoramento, comparando nacionalmente com as instituições das esferas estadual e municipal, os institutos federais possuem valores bem acima.

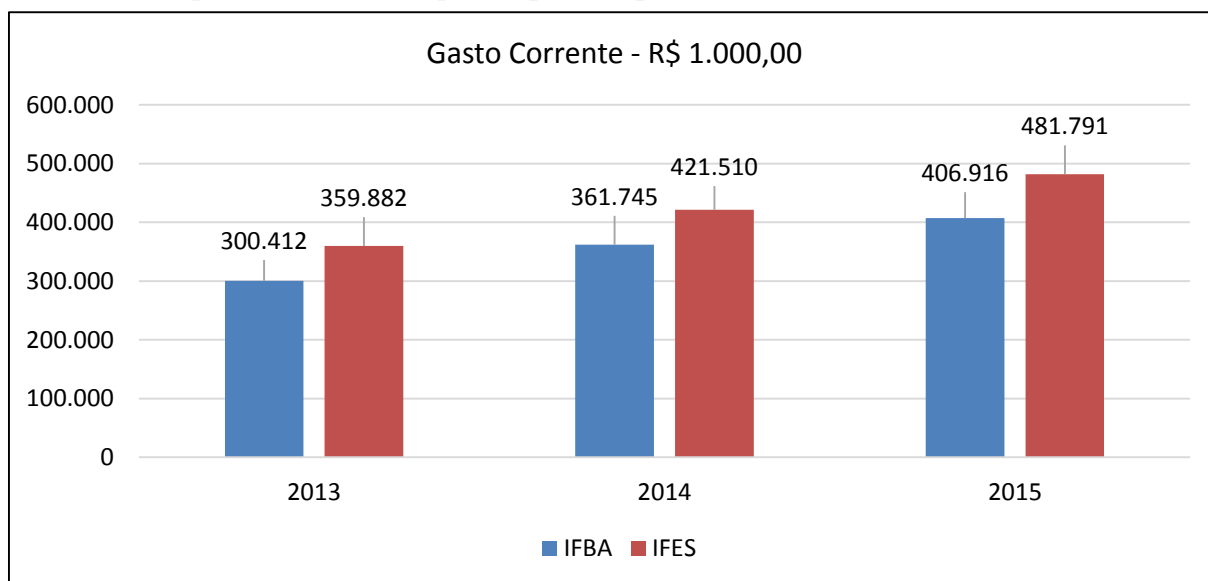
Nesse aspecto, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, realizou estudos e constatou que o valor gasto dos recursos públicos por aluno no Brasil, em 2011, foi de US\$ 2.985, o que corresponde a apenas um terço da média dos 34 países integrantes da OCDE, que possui um montante de US\$ 8.952. Esse valor representa o segundo mais baixo dentre os países da OCDE.

O Brasil vem aumentando o valor dos recursos destinados à educação nos últimos anos, mas ainda continua bem abaixo dos países mais desenvolvidos. Ainda segundo a OCDE, comparando-se os investimentos públicos nos 34 países que compõem a Organização, apenas a Indonésia gasta menos com alunos, do que o governo brasileiro.

4.9 GASTO CORRENTE

Este índice representa o total de recursos financeiros repassados pelo governo federal para custear todas as despesas necessárias ao funcionamento da instituição. Os gastos correntes são dotações orçamentárias destinadas à manutenção dos serviços públicos, visando atender as despesas com pessoal e encargos sociais, despesas para manutenção da instituição, como: serviços terceirizados, aquisição de equipamentos, obras e demais despesas para o funcionamento das atividades do serviço público.

Gráfico 9 – Representa o recurso que é repassado pelo MEC



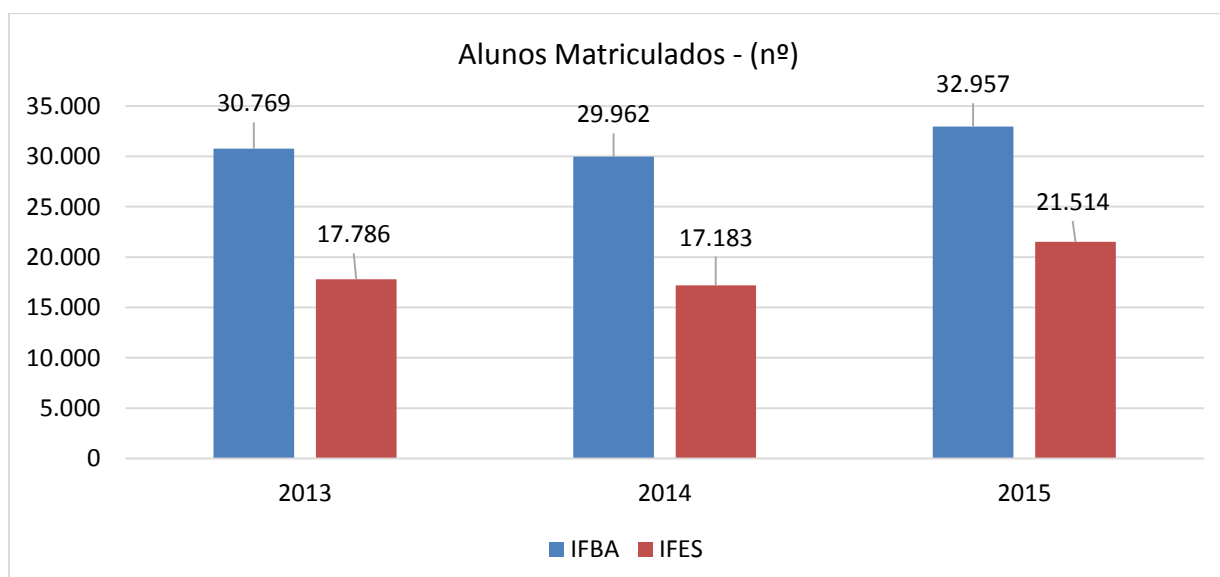
Fonte: Relatório de Gestão, 2015

Analisando os valores que são destinados para cada instituição em estudo, verifica-se um montante na ordem de R\$ 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), valor médio recebido por instituição de ensino. E essa quantia repassada tem contribuído muito para que as instituições não fiquem inadimplentes com os fornecedores nem atrasem pagamentos para os servidores, fatos lamentáveis que aconteciam há algumas décadas atrás, quando os gestores precisavam se deslocar para o Ministério da Educação em busca de recursos financeiros para liquidar dívidas.

4.10 ALUNOS MATRICULADOS

Devido à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica houve um crescimento expressivo, tanto em números de cursos como no quantitativo de novos campi, através do programa de interiorização. Essa medida do governo federal contribuiu significativamente para a fixação dos jovens e adultos concluírem seus estudos sem a necessidade de se deslocar para os grandes centros.

Gráfico 10 – Representa o total de alunos matriculados.



Fonte: Relatório de Gestão, 2015

Outro aspecto que melhorou o desenvolvimento do sistema educacional está relacionado com as matrículas para o ingresso no curso superior. Muitos técnicos estão prosseguindo com seus estudos na própria instituição e essa atitude contribui para o aumento de matrícula; no caso

em tela observa-se uma disparidade na quantidade de alunos matriculados no IFBA comparado com o IFES, estando essa diferença acentuada, relacionada aos cursos de curta duração que são contabilizados no IFBA.

Em muitas cidades, os *campi* passaram a ser cobiçados pelas elites locais. Por considerar a boa qualidade do ensino e, principalmente, por ser gratuito, esse comportamento tem ido de encontro a alguns princípios quando se espera que essas instituições deveriam atender os desprovidos de recursos financeiros. Ocorre que, pelo processo de seleção, o *campus* termina por convocar aqueles que obtiverem maiores notas, selecionando de certa forma os estudantes de maior renda que vieram de escolas particulares, consideradas de boa qualidade de ensino.

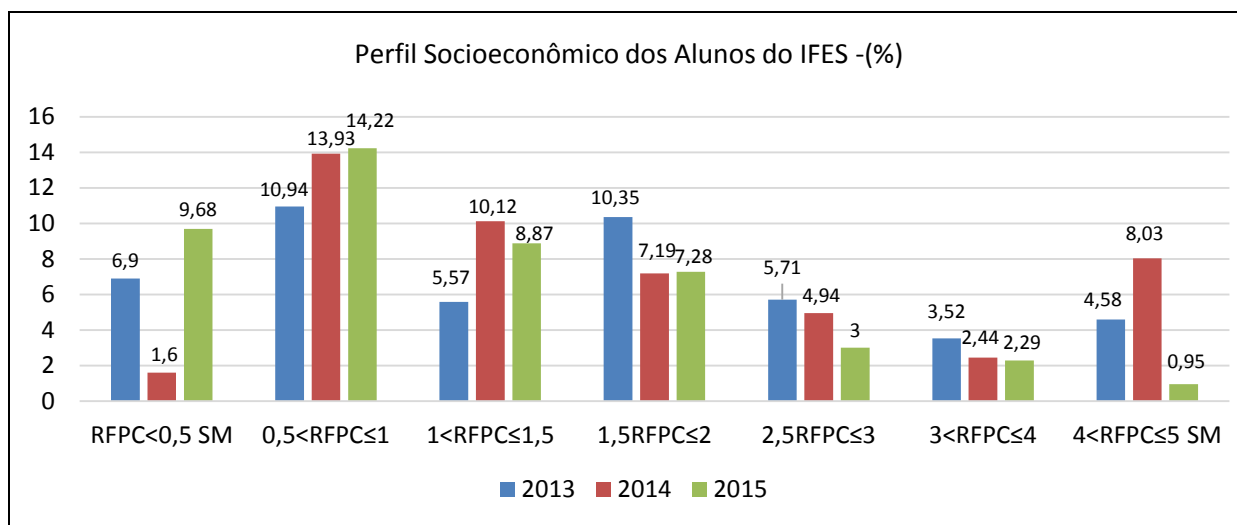
Essa situação vem de décadas e pouco se fez para eliminar esse problema; muda a sistemática do processo seletivo, utiliza-se entrevista, adaptação, mas o resultado continua prejudicando os menos favorecidos. Assim, o dinheiro público que deveria atender essa clientela termina sendo direcionado para as elites passarem no vestibular.

É preciso garantir a demanda daqueles que buscam um ensino técnico, garantindo vagas para a clientela que tem interesse em atuar na formação profissional. Caso contrário, não faz sentido investir tanto no ensino técnico gratuito para muitos alunos que estão visando apenas o ingresso na universidade.

4.11 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO IFES

Com relação ao quantitativo de alunos matriculados por renda per capita familiar, verifica-se que apenas o Instituto Federal do Espírito Santo conseguiu alimentar esses dados no Relatório de Gestão. Infelizmente até o momento, o IFBA não fez constar essa informação em seu Relatório, embora seja uma recomendação que consta no Acórdão nº 2267/2005 do Tribunal de Contas da União - TCU.

Gráfico 11 - Perfil Socioeconômico dos Alunos do IFES



Fonte: Relatório de Gestão, 2015.

Analisando o resultado desse perfil socioeconômico dos estudantes do IFES, observa-se que a maior quantidade de alunos corresponde à faixa onde seus pais recebem abaixo de um salário mínimo, o que demonstra que muitas famílias estão situadas na faixa de maior pobreza.

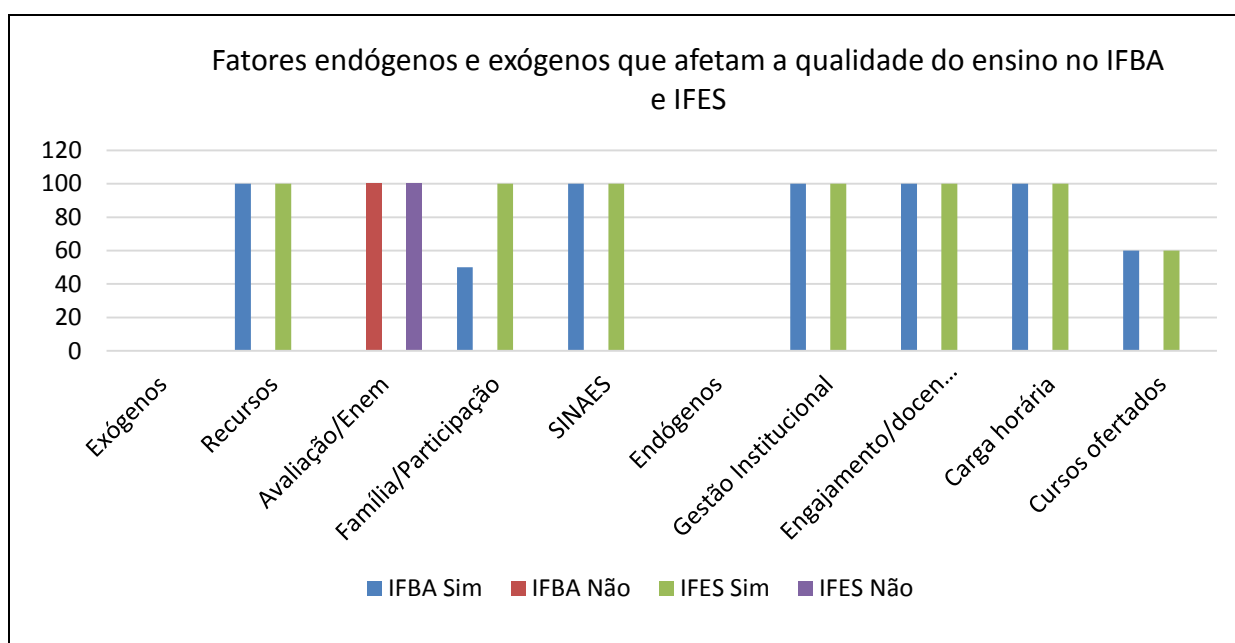
Esta relação de pobreza e desempenho escolar estão bem próximas, os jovens mais pobres precisam trabalhar desde cedo para se sustentar ou ajudar sua família, e, na maioria das vezes, precisando estudar no período noturno, o tempo para se dedicar aos estudos torna-se escasso. Os institutos têm implantado alguns programas que estimulem os estudantes a concluir seus estudos, oferecendo bolsas que vão auxiliar nas realizações de pesquisas e, também, na própria manutenção dos estudos. Políticas públicas para amenizar tal situação, criando vários programas que estimulem os jovens a concluir seus estudos.

Esses programas possibilitariam aos estudantes maior dedicação aos seus estudos, em vez de trabalhar ainda tão cedo. Entretanto, na prática essa não tem sido a realidade de muitos jovens, e pesquisas têm revelado que o abandono escolar e a busca de trabalho, muitas vezes, são a consequência e não a causa do fracasso escolar (SCHWARTZMAN, 2013).

5 ANÁLISE DOS FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS COM BASE NAS ENTREVISTAS

Outros procedimentos utilizados para analisar os fatores endógenos e exógenos dos Institutos, tema desta pesquisa, foram as entrevistas realizadas com os Pró-reitores dos respectivos institutos, tomando como referência as respostas dos questionários e para melhor analisar os resultados buscou-se distribuir em 4 (quatro) temas que melhor interpretasse os fatores endógenos e exógenos dos institutos envolvidos. Assim foi elaborado um gráfico explicativo, conforme abordagem abaixo.

Gráfico 12 – Representação dos fatores endógenos e exógenos mais impactantes nos institutos federais da Bahia e do Espírito Santo



Fonte: Elaborada pelo autor

5.1 FATORES EXÓGENOS

Recursos financeiros

Na visão do IFBA, existem muitos empecilhos que dificultam as ações no IFBA, o problema é grave e não se trata apenas do conselho tomar as decisões, pois o funcionamento dos institutos no Brasil não está sendo eficaz nem eficiente, principalmente na qualidade, quando temos uma proposta para a sociedade que é oferecer uma boa educação profissional, se compararmos a grandeza de recursos

financeiros que o governo repassa para os institutos, os resultados não estão sendo coerentes, não estamos conseguindo sucesso como deveria acontecer. Embora estejamos investindo como países de primeiro mundo, o retorno é horrível, somos melhores que os países da África, mas longe dos países do primeiro mundo; temos bons resultados no ENEM, mas esse não é o nosso objetivo principal, do jeito que esses institutos estão sendo desenvolvidos pode acontecer uma estagnação, devido ao alto investimento sem traduzir em eficiência a qualidade do ensino e isso é muito grave.

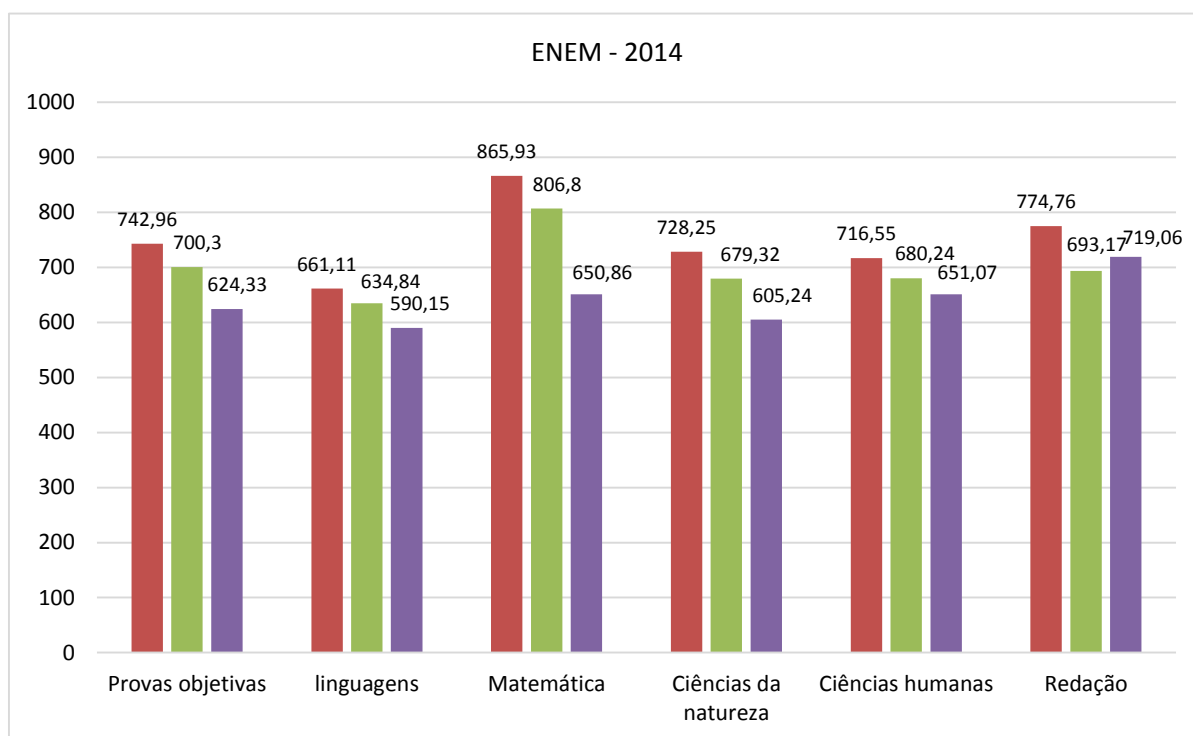
Os institutos federais são mantidos pelo governo federal que disponibiliza anualmente orçamento para custear todas as despesas referente ao pagamento de pessoal e de consumo. Os gestores informaram que atualmente os recursos destinados para atender os pagamentos de pessoal tem correspondido, os salários dos servidores não sofrem atrasos de pagamentos, no entanto, alguns programas como a bolsa de iniciação à pesquisa, sofrem atrasos e têm prejudicado o desenvolvimento dos referidos programas. Ao analisar o orçamento anual desses institutos, que corresponde a uma média de R\$ 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), os gestores dos institutos consideram esse valor razoável, entretanto, fazem-se necessárias medidas mais controladoras e eficazes para evitar desperdícios que irão impactar em outros projetos.

Avaliação/ENEM

Os dois Institutos, IFBA e IFES são vistos por suas respectivas sociedades como instituições que oferecem cursos de qualidade e formam cidadãos para o mercado de trabalho com bom nível de conhecimento.

Analisando o gráfico abaixo que representa o ranking do Enem das escolas do Brasil, no ano de 2014, observa-se que o IFES, encontra-se na posição 22^a e o IFBA posiciona-se na 488^a colocação, cabendo salientar que nesse ano, o colégio público com a média mais alta nas provas objetivas foi o Instituto Federal do Espírito Santo (campus Vitória).

Gráfico 13 - Ranking do ENEM 2014 entre os Institutos Federais da Bahia e do Espírito Santo.



Fonte: INEP, 2015

Esse tema tem repercutido maciçamente na imprensa e as provas do ENEM têm servido de parâmetros na sociedade para analisar a qualidade do ensino. Esse parâmetro classificatório requer estudos mais minuciosos para explicar as disparidades existentes, sobretudo entre os dois institutos em análise, considerando que ambos utilizam as mesmas políticas de ensino adotadas pelo Ministério da Educação, inclusive com recursos orçamentários que garantem o pleno desenvolvimento das atividades didático pedagógicas e operacionais.

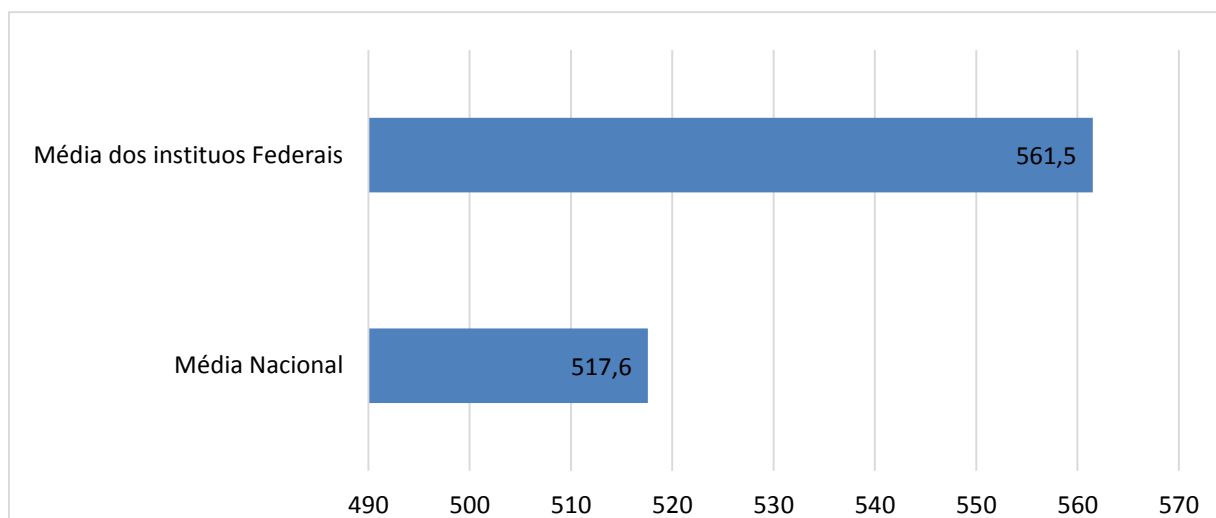
No entanto, verifica-se que existe grande diferença na classificação do ranking do Enem e, quando entrevistados ambos os institutos sobre a importância dessa avaliação, as respostas foram idênticas: “não trabalhamos na busca de obter melhores resultados na prova do ENEM, na ótica do IFES, esse não é nosso objetivo, estamos direcionados para um ensino de qualidade que proporcione aos estudantes uma formação voltada para a cidadania; ter conquistado o primeiro lugar no Estado, não foi nosso objetivo, mesmo porque, não podemos colocar todas as escolas no mesmo patamar, não podemos comparar com as escolas estaduais ou municipais, os institutos possuem professores qualificados, têm uma estrutura bem melhor que as escolas de outras esferas e realizamos processos de seleção, o que pressupõe ingresso de alunos com melhores conhecimentos, assim a preocupação dos institutos está mais focada na formação humanística”.

A reposta dos entrevistados esclarece porque o Instituto Federal do Espírito Santo, obteve uma classificação de destaque (22^a), justamente porque prima pela qualidade de ensino, bem com, dispõe de professores qualificados, além de infraestrutura que permite o desenvolvimento das atividades didática pedagógica que proporciona a boa formação educacional dos alunos, que reflete, conseqüentemente na avaliação do Enem e, obviamente, em quaisquer atividades que requeiram conhecimentos adquiridos no ensino oferecido pelo Instituto.

Analisando as notas por escolas, do Enem 2014, divulgados pelo MEC, os institutos federais mostraram que possuem desempenho acima da média nacional.

Segundo o Ministro da Educação Janine Ribeiro, não é somente a qualidade da escola e dos professores que determina o resultado do aluno no Enem. Ele afirmou que a classe social dos estudantes também influencia no desempenho. Nesse sentido, o indicador do nível socioeconômico do IFES acusa muito alto enquanto que o IFBA está situado no nível médio alto, e esse fator pode estar relacionado com o desempenho inferior do Enem no IFBA.

Gráfico 14 – Comparação das provas objetivas do ENEM - 2014 entre as médias nacional e dos Institutos Federais.



Fonte: MEC/INEP

A média dos institutos federais no Enem 2014, nas provas objetivas foi 8,4% maior que a média nacional.

Para os gestores dos Institutos em pauta, o ENEM não representa a realidade da qualidade do ensino no Brasil se comparado com outros países no mesmo patamar. É lógico que para os critérios brasileiros, os Institutos são considerados num nível satisfatório, possuem

professores capacitados com título de mestrado e doutorado, ótimas condições de ensino, mas, fica muito longe ao ser comparado com o ensino de países desenvolvidos.

O Pró-reitor do IFBA afirma que os estudantes têm sido bem avaliados pelo ENEM. Para o Pró-reitor do IFES, existem diversas leituras para serem analisadas sobre o ENEM, onde inicialmente o principal fator está relacionado à qualificação dos professores; em segundo, temos uma visão de preservar a cultura na qualidade de ensino que vem sendo desenvolvido desde a época do CEFET e, terceiro, o comprometimento dos professores preparando, informando e adaptando os alunos quanto à forma e o estilo de provas que são elaboradas no ENEM.

Todos esses fatores contribuem para que os alunos do IFES obtenham bons resultados na avaliação realizada pelo ENEM. Esse espírito de boa formação vem de longas datas e traduz o trabalho que a gestão deste instituto tem com a qualidade do ensino, desde a época de Escola Técnica, quando os alunos prestavam vestibular na Universidade Federal, a exemplo dos cursos de construção Civil, Mecânica, Elétrica e Eletrônica, quando já existia um conceito muito positivo, quanto à qualidade do ensino desenvolvido e cerca de 80 a 90% dos aprovados eram alunos oriundos da Escola Técnica.

Um fator que não pode ser desprezado está na seleção dos alunos que são aprovados no exame de seleção; como a concorrência é bastante alta, termina por selecionar alunos com um conhecimento melhor, o que tem colaborado para a melhor qualidade do ensino.

Para o IFES, no ano de 2014, a avaliação do ENEM foi vista como um fator muito positivo para o IFES, pois ainda segundo o Pró-reitor, o *campus* de Vitória sobressaiu dos demais, entretanto, é preciso entender que são 22 *campi* mais um Centro de Referência, portanto, 23 unidades que trabalham com alunos, o *campus* de Vitória obteve nota acima das notas dos últimos anos, “portanto foi um pico, um acontecimento que não retrata a realidade”, mesmo porque, temos anos de altos e outros de baixos índices.

Apesar de ter repercutido na mídia, os repórteres da televisão procuraram os professores para entrevistas, entretanto, não podemos considerar algo inédito, mesmo porque, estamos na capital e o processo de exame de seleção ajuda muito a ter alunos com um nível superior de aprendizagem quando comparado com o interior, segundo o Pró-reitor, essa não é a nossa preocupação nem nosso principal objetivo, nós estamos voltados para ter um ensino de qualidade que proporcione aos estudantes uma formação direcionada à cidadania, que ele saia com uma visão crítica e conheça os obstáculos que encontrarão pela frente, onde a concorrência muitas vezes passa a ser desleal.

Nosso objetivo não é ser o primeiro no ENEM, é qualificar nosso aluno para o mundo do trabalho, para a Educação Profissional, e o ENEM não é nem deve ser considerado um modelo a ser seguido, precisamos preparar para o que é prioridade.

O IFES relata que esse resultado foi excelente, deu maior visibilidade para o instituto, mostrando que estamos no caminho correto. O Instituto tem oferecido ao longo de sua história, um ensino de qualidade e não podemos achar agora que existe o ENEM, que essa eficiência iniciou recentemente. O IFES tem uma longa história.

Uma preocupação nesses institutos refere com a taxa de evasão, assunto esse que merece maior atenção, pois a taxa é alta e precisa ser desenvolvido um programa que possa amenizar este problema.

Quanto à visibilidade dos institutos frente à sociedade, todos os gestores consideram muito boa, mas afirmam que no tempo de escolas técnicas, havia maior referência junto à sociedade.

Família/Participação

Nesse aspecto, os entrevistados consideram muito importante a presença da família na escola, entretanto, percebem que poucas famílias comparecem na instituição para conversarem sobre o comportamento ou aprendizagem dos seus filhos. No IFBA, os gestores confirmaram que a presença das famílias só ocorre quando o instituto está em greve e mesmo assim são poucos os que comparecem, sendo geralmente os pais dos alunos dos cursos técnicos. Quanto ao IFES, os gestores consideram que a presença da família é muito importante para o processo de ensino-aprendizagem e analisam que a família participa ativamente.

Com relação à aprendizagem e ao sucesso escolar, muitas dificuldades são enfrentadas pelos alunos. Há um sentimento de culpa dos pais, que se cobram por não conseguirem atender às necessidades dos filhos, da mesma forma, os filhos sentem-se abandonados pelos pais nas suas necessidades, o que reflete na escola que não está preparada para resolver esses conflitos.

Tanto os pais como a escola precisam e devem estar conscientes do seu papel, devendo atuar juntos no processo de desenvolvimento dos alunos/filhos.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES

Os institutos têm utilizado sistemas de informatização fornecidos pelo Ministério da Educação, que auxiliam na avaliação institucional. Esse sistema visa a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

Os principais objetivos dessa avaliação envolvem a melhoria das instituições no que tange a áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização. Além desse sistema, as instituições implantaram a Comissão Permanente de Avaliação – CPA e o Sistema Nacional de Informação da Educação – Sistec. Todos voltados para identificar os pontos que poderão impactar tanto nos aspectos negativos como positivos.

Tanto no IFBA como no IFES, esses programas estão funcionando com alguns obstáculos, de acordo com os entrevistados que visualizam os maiores entraves desses sistemas na alimentação dos bancos de dados que dependem de informações de outros setores em que constantemente ocorrem atrasos.

Para o IFES apesar do sistema funcionar, a gestão não tem utilizado essa ferramenta como instrumento de gestão. Segundo os Pró-reitores um problema enfrentado dentro dos institutos está relacionado à questão de hábitos, pois os funcionários não têm a cultura de registrar todas as atividades que são desempenhadas sob a sua coordenação. Quando têm que alimentar um sistema constantemente, esse fundamento não é eficiente e isso dificulta a obtenção dos resultados, essas alegações foram registradas em ambos os institutos Federais e ainda consideraram que quando os servidores são questionados, eles alegam estar sem tempo para a conclusão das atividades ou até mesmo que estão sendo perseguidos.

5.2 FATORES ENDÓGENOS

Gestão Institucional

A rede federal teve um crescimento expressivo, tanto em números de cursos como no quantitativo de *campus*, através do programa de interiorização. Essa medida do governo federal

contribuiu significativamente para a fixação dos jovens e adultos em seu território de origem ou em sua cidade natal mais próximas de uma instituição de ensino e concluírem seus estudos sem a necessidade de se deslocar para os grandes centros.

A gestão institucional desses institutos são tarefas nada fáceis e, após a implantação dos Institutos Federais da Educação em dezembro 2008, nova dinâmica de funcionamento passou a ser desenvolvida nessas instituições, inicialmente pela incorporação de outras unidades; se antes o diretor era responsável apenas pela administração de uma unidade, se reportando sempre ao MEC, com essa nova sistemática, esse sistema foi descentralizado e instalado uma reitoria que absorveu as unidades do próprio centro e, em outro caso como o IFES, absorveu também outras unidades das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, assim as reitorias têm administrado mais de 20 *campi* com possibilidades de expansão.

A distância desses campi dificulta as logísticas devido à grande demanda de viagens. Outro ponto destacado pelos entrevistados diz respeito à questão da cultura que os servidores não têm em registrar ou produzir documentos, além da questão política existente no mesmo ambiente onde as divergências aparecem constantemente. Outro aspecto comentado pelo IFBA diz respeito à imagem desses institutos que ainda é positiva devido à sociedade não fazer relação dos gastos com a qualidade do ensino ofertado.

Engajamento dos docentes

A qualificação dos docentes e dos administrativos são pontos fortes a ser considerados quando se busca a qualidade do ensino, e nesse requisito os institutos aqui mencionados têm um corpo docente bem qualificado. O requisito da titulação passou a ser item importante no concurso para ingressar na carreira de docentes nessas instituições, observando-se que em tempos anteriores não existia tanta preocupação dos docentes em serem qualificados, mas, a questão do aumento da concorrência e de ter um salário mais condizente ao mercado de trabalho tem levado muitos candidatos ao cargo de professor, buscar a obtenção do título de mestrado e posteriormente de doutorado.

Para os gestores, os professores estão engajados na procura por sua própria atualização e desenvolvimento de atividades que melhorem o processo ensino-aprendizagem. É nesse sentido que o Pró-Reitor de Ensino do IFBA cita que: “os docentes procuram se qualificar e atualmente temos quase 100 professores afastados para o doutorado”.

Para os entrevistados, o plano de carreira de docente melhorou e recentemente a aprovação dos Reconhecimentos de Saberes possibilitou ganhos no salário dos professores, apesar dos problemas persistirem quando se trata do compromisso dos docentes. Como em todo sistema de trabalho existente, existem aqueles profissionais empenhados em realizar um excelente trabalho buscando cada vez mais melhoria na forma de ensinar e existem, também, aqueles que não têm o mesmo compromisso. Felizmente esses são a minoria, conforme comentários dos entrevistados. Para o IFBA, os professores já se mostraram mais satisfeitos e atualmente há necessidade de registrar pontos e acompanhar melhor as atividades dos docentes, o que tem tornado o ambiente mais conflituoso.

Em trabalho realizado pelo Fórum Recife da Pesquisa sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como instrumentos de inovação, ocorrido em 15 de junho de 2015, em Recife, ficou demonstrada através de entrevistas, a baixa frequência de pesquisas realizadas pelos Institutos e nas poucas pesquisas uma elevada participação de estudos sem conexão direta com as economias locais, o que coincide com o mesmo raciocínio do Pró-Reitor de pesquisa do IFBA, quando confirma que os professores fazem muito pouca pesquisa no instituto e muitos editais são perdidos por despreparo do pesquisador que não são preparados para elaborar o edital; outra questão relaciona-se à demanda dos professores para desempenhar atividades de ensino, principalmente quando atuam nos diferentes níveis (básico, superior e profissional).

De acordo o IFES, o nível de satisfação dos docentes é considerado médio, existindo um grande problema de fixação desses professores no interior do Estado, muitos buscam a remoção ou redistribuição para municípios que ofereçam melhores condições e instalações.

Carga horária dos docentes

Conforme as entrevistas, foram observadas algumas críticas pelos gestores dos dois institutos quanto à dedicação desses professores, necessitando de um acompanhamento mais eficaz no que tange ao atendimento aos estudantes.

Para os gestores dos institutos, grande parte dos docentes têm carga horária compatível com a legislação, e ainda acrescenta que muitos estão bem abaixo. Existem professores com baixa carga horária por semana, o que tem provocado uma certa insatisfação aos demais professores que possuem carga mais elevada.

Para o Pró-Reitor de Ensino do IFBA, a carga horária é considerada normal em algumas disciplinas com a jornada de trabalho e acrescenta que “no IFBA existe 1311 professores do ensino médio, 70 professores do ensino superior e 220 professores substituto”. O Pró-Reitor ainda acrescenta que “antigamente os professores pediam para se afastar de sala de aula para fazer pesquisa e outros projetos, mas não o faziam, temos professores com apenas quatro aulas e outros com carga horária alta”.

De acordo com os Pró-Reitores de Ensino dos Institutos, os professores têm disponibilidade de tempo para atendimento aos estudantes e acrescentam que: “a maior parte de professores trabalham em regime de 40 h com dedicação exclusiva e têm $\frac{1}{4}$ do tempo para atender aos alunos, entretanto, não pode afirmar se estão prestando atendimento aos estudantes, pois fica difícil de acompanhar”.

Nesse aspecto, cabe lembrar que antigamente os professores tinham carga horária bem elevadas e o programa de expansão possibilitou que o MEC autorizasse diversos concursos para docentes e técnicos administrativos o que tornou relativa a carga horária dos docentes; um critério estabelecido pelo MEC corresponde aos números de 20 professores para 1200 alunos, entretanto, existem muitos *campi* que não possuem esse quantitativo de aluno e o quadro de docentes está bem acima do critério.

Cursos ofertados

Grande parte da população jovem, encontra no ensino profissionalizante o caminho para ingressar no mercado de trabalho, principalmente aqueles que não conseguiram ingressar em uma universidade. Dessa forma, a procura por uma qualificação profissional tem aumentado, bem como o quantitativo de cursos, visando atender uma demanda de mercado cada vez mais exigente, que priorize o profissional com conhecimento.

Quanto à questão dos cursos oferecidos nos dois institutos, verifica-se um amplo leque de cursos. Entretanto, o IFES considera que os cursos oferecidos não atendem às expectativas das empresas na região e considera que é preciso aproximar mais dos meios produtivos. No IFBA, existem alguns cursos com procura abaixo do quantitativo de vagas oferecidas e considera uma necessidade analisar se realmente é necessário continuar a oferecer esses cursos. Os dois institutos têm procedimentos idênticos para abrir novos cursos, realizam audiência pública, reúnem com os produtores locais e regionais, fazem pesquisa mercadológicas, além de se reunirem com as instituições locais para tomar a decisão da abertura de novos cursos. Esses

procedimentos têm buscado evitar que a abertura de novos cursos caiam na problemática de baixa procura por parte dos estudantes.

Para os Pró-Reitores de Ensino os cursos ofertados nos institutos não atendem à expectativa das empresas e conclui: “temos o Projeto Pedagógico de curso – PPC, bastante defasado e curso de baixíssima procura no exame seletivo, que precisam ser revistos”.

Para o Pró-reitor de Extensão do IFES, com a novas dinâmicas desenvolvidas nos institutos, onde a implantação de cursos superiores passou a ser uma novidade em vários campi, trouxe mais um desafio a ser encarado pelo gestor, foi preciso criar toda a estrutura para se adequar a essa nova realidade, nesse sentido, a extensão tem um papel inovador, atuando para o desenvolvimento local e regional. E ainda acrescenta a necessidade do ensino, pesquisa e extensão trabalharem juntos

A rede federal teve um crescimento expressivo, tanto em números de cursos como no quantitativo de *campi*, através do programa de interiorização. Essa medida do governo federal contribuiu significativamente para a fixação dos jovens e adultos em seu território de origem ou em cidades mais próximas de uma instituição de ensino, a concluírem seus estudos sem a necessidades de se deslocar para os grandes centros.

Grande parte da população jovem, encontra no ensino profissionalizante o caminho para ingressar no mercado de trabalho, principalmente aqueles que não conseguiram ingressar em uma universidade. Dessa forma, a procura por uma qualificação profissional tem aumentado, bem como, o quantitativo de cursos, visando atender uma demanda de mercado cada vez mais exigente, que prioriza o profissional mais qualificado.

A participação das Pró-Reitorias de Extensão e Pesquisa coordenando os programas de bolsas tem contribuído muito para reduzir a evasão dos alunos, os quais têm mostrado muito interesse em participar dos projetos, principalmente quando têm as empresas fazendo parte dessas atividades empresariais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar os fatores endógenos e exógenos responsáveis por comprometer ou melhorar o desempenho institucional não é tarefa das mais fáceis, quando se trata de duas instituições de regiões distintas, e essa situação torna-se ainda mais problemática, principalmente pela diversidade, dimensão territorial, diferenças socioeconômicas, hábitos e aspectos culturais encontrados nessas respectivas regiões brasileiras.

A entrevista com os gestores buscou investigar as ações dos gestores diante dos fatores endógenos e exógenos que repercutem na qualidade do ensino profissionalizante desenvolvidos nos seus respectivos institutos. Assim, foram prestadas importantes informações que contribuíram para elencar as dificuldades encontradas e qual o melhor caminho para alcançar a missão institucional.

Foi observado que o desenvolvimento de um território reflete muito nas ações que são desenvolvidas pela sociedade. Neste aspecto o Estado do Espírito Santo foi mais atuante e dinâmico com referência à implantação de escolas profissionalizantes em seu território de inserção, comparando sua área territorial em aproximadamente 10% da área da Bahia, tem proporcionalmente mais escolas, mostrando que as ações nas políticas públicas desse Estado foram mais eficientes.

Com base nas informações contidas nas entrevistas dos gestores observa-se que os dois institutos têm cumprido de forma satisfatória a missão proposta nos seus respectivos regimentos. Assim, o tema do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, muito debatido na mídia, não é visto pelos institutos como o principal objetivo em preparar os alunos para obter as melhores notas, e sim, cumprir a missão que é formar o cidadão, preparando-o para o mundo do trabalho.

Entretanto, quando se trata de pesquisa, os gestores concordam com a falta de incentivo dos pesquisadores no mesmo raciocínio do estudo realizado através do Fórum Recife da Pesquisa sobre os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia como instrumento de inovação, onde chegaram à conclusão que na maioria dos *campi* não são realizadas pesquisas tecnológicas, nem transferem tecnologia, essa realidade precisa ser mudada, através da divisão de trabalho e estimulando os pesquisadores a desenvolverem pesquisas que proporcionem transferência de tecnologia, atingindo o objetivo dos arranjos produtivos nas áreas de influências dos Institutos Federais.

Quanto às questões institucionais, observam-se que os problemas enfrentados por ambos se tornam peculiares, percebendo-se que o IFES encontra menos obstáculos no que se refere aos estágios, parcerias e intercâmbio com outros institutos, o que contribui para uma interação maior com os demais Estados da região.

Os investimentos realizados pelo governo federal quanto à expansão foram fundamentais para ampliar o acesso à educação de muitos jovens de menor poder aquisitivo, o projeto que incentivou a interiorização contribuiu para que jovens permanecessem em seus domínios territoriais e não precisassem se deslocar para os grandes centros visando obter um curso profissionalizante ou superior.

A participação da família no processo ensino-aprendizagem precisa ser mais ativa, observando-se que poucas famílias têm se preocupado com a qualidade do ensino e não interagem com as escolas para verificar o comportamento dos filhos, ficando apenas na expectativa de aprovação ao final do ano letivo.

É importante que os institutos fortaleçam os laços com empresas visando estágios e consequentemente contratação de profissionais; atualmente poucas empresas têm parcerias com as instituições envolvidas na pesquisa, devido também ao sintoma da crise implantada no âmbito econômico do país.

Os institutos poderiam criar redes de comunicação com as Universidades proporcionando maior interação nas pesquisas além de fortalecer um espaço comum educacional, onde as práticas fossem extensivas em parcerias sendo formativas, conhecidas, discutidas e compartilhadas, aumentando os conhecimentos dos alunos e a própria relação institucional.

O desafio desses institutos é manter um ensino de qualidade e melhorar o desempenho institucional, tornando-se mais eficientes os índices citados nos indicadores de desempenho educacional, obtidos nos respectivos relatórios de gestão das instituições em estudos. Nesse sentido, essa pesquisa procurou despertar e servir de ferramenta que promova a melhora dos indicadores de desempenho visando o desenvolvimento e os objetivos fixados na missão institucional.

Devido à importância e atualidade do tema faz-se necessário que novas pesquisas sejam realizadas aumentando a relação nos processos de formação de novos gestores que possam gerar maior confiança nas tomadas de decisões, valorizando o ensino profissionalizante e superior que são oferecidos pelos institutos federais.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Why Nations Fail?** The Origins of Power, Prosperity and Poverty. New York: Crown Business, 2012.

BAIARDI, A. Padrões culturais e resistência a mudanças: obstáculos à democracia e ao desenvolvimento no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 3, n. 4 p. 95-120, dez. 1995. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10275/7326> >

BAIARDI, A. (Org.) **Propensão a Inovar do empresariado baiano**. Salvador: Academia de Ciências da Bahia, 2016.

BONTEMPI JÚNIOR, B. As reformas pombalinas da instrução pública. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, maio/ago. 2000. Resenha. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200011>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. Expansão da Rede Federal. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2> Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Seção 1, p. 1. Acesso: 27 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CASTANHO, S. Educação e trabalho no Brasil Colônia. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006.

CASTRO, C. M. Desventuras do Ensino Médio e seus Desencontros com o Profissionalizante. In: VELOSO, et al. (Ed.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Campus; Elsevier, 2009. p. 145-169.

CASTRO, C. M. **Muito Brasil e pouca educação**. 2007. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/ptbr/Recursos_Humanos/UniverCemig/Documents/portifolio_tecnico/Muito%20Brasil%20e%20pouca%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf >. Acesso em: 19 out. 2017.

COSTA, Messias. **Rendimento Escolar no Brasil e a Experiência de Outros Países**. São Paulo: Loyola, 1990.

DENCKER, A. F. M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 2000.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

DOROTEU, L. R. Políticas públicas pelo direito à educação no Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 15, n. 104, set. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12209>. Acesso em 28 dez 2016.

FERREIRA, M. Determinantes do rendimento académico no ensino superior. **Revista Internacional d'Humanitats**, 2009. 15, 55-60.

GARCÍA, C. M. **Formación del profesorado para el cambio educativo.** Barcelona: PPU, 1994.

GARRIDO, J. L. G. **Problemas mundiales de la educación (nuevas perspectivas).** Madrid: Dykinson, 1992.

MARQUES, M. H. **Como educar bons valores: desafios e caminhos para trilhar uma educação de valor.** São Paulo: Paulus, 2012

MACHADO, N. J. Qualidade da educação: cinco lembretes e uma lembrança. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 277-294, dez. 2007.

MACHADO, L. R. S. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro.** 2. ed., São Paulo: Cortez: 1989.

MANFREDI, S. M. **História da educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARSHALL, A. Princípios de economia: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1, p. 183-193.

MENEZES-FILHO, N. A.; RIBEIRO, F. Os Determinantes da Melhoria do Rendimento Escolar. In: VELOSO, et al. (Ed.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro.** Rio de Janeiro: Editora Campus; Elsevier, 2009. p. 171-188.

MILL, S. **Princípios de economia política.** São Paulo: Nova Cultura, 1988. v. 1. 247p.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 25. ed. São Paulo: Ed. **Revista dos Tribunais**, 1999.

NAGLE, J. A remodelação do ensino profissional técnico. In: NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material escolar, 1974.

OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. **Fronteiras da**

Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010. p. 93-99.

OLIVEIRA, R. P. A questão da qualidade na educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 61-70, jan./jun. 1996.

PACHECO, E. **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2012.

PÉREZ, M. F. **La profesionalización del docente.** Madrid: Siglo XXI, 1995.

RIBEIRO, M. L. S. **A história da educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1987.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. 3. ed. São Paulo, Editora Moraes, 1981.

SANTOS, M. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro.** Brasília: ABMES, 2000.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. de M. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: aval. Política Pública Educacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624, jul./set. 2013.

SILVA, M. O. da S. e. Avaliação das políticas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, M. O. da S. e. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais:** teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

SILVA, N. S. Universidade Tecnológica: uma alternativa? In: LIMA FILHO, D. L. e TAVARES, A. G. (Orgs). **Universidade Tecnológica:** concepções, limites e possibilidades. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006.

TAVARES, J. **Transição para o ensino superior.** Braga: Universidade do Minho, 2000.

TORRES, A. E. M. **O Ensino agrícola no Brasil:** seu estado atual e a necessidade de sua reforma. Rio Grande do Sul: Imprensa Nacional, 1926.

UNESCO. OECD. **Literacy skills for the World of tomorrow:** further results from Pisa, 2000. Executive summary.

UNESCO. **Educação na América Latina:** análise de perspectivas. Brasília, DF: OREALC, 2002.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. De Olho nas Metas 2011: Quarto Relatório de Monitoramento das 5 metas do Todos Pela Educação. São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1999.

VASCONCELOS, N. V. C. **Egresso na avaliação da qualidade de um curso:** o caso da Engenharia de Produção da UFRN. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de

Produção) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

VELOSO, F. et al. (Ed). **Educação básica no Brasil**: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Editora Campus; Elseviered. 2009.

VELOSO, F.; FERREIRA, P. C.; PESSOA, S. Experiências Comparadas de Crescimento Econômico no pós-guerra. In: VELOSO, F. et al. (Ed.). **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**, cap. 1, p. 3-38. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2013.

WERTHEIN, J.; CUNHA, C. **Fundamentos da nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000. 60 p.

ANEXO**ANEXO A - PESQUISA DE CAMPO**

QUESTIONÁRIO com as devidas respostas dos Pró-reitores de Ensino do IFBA e IFES

Pró-reitor de Ensino do IFBA

Pró-reitor de Ensino do IFES

Data: 15/05/2017 - IFBA

10/05/2017 - IFES

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PESQUISA DE CAMPO

QUESTIONÁRIO com as devidas respostas dos Pró-reitores de Extensão do IFBA e IFES

Pró-reitor de Extensão do IFBA

Pró-reitor de Extensão do IFES

Data: 25/04/2017 - IFBA

27/04/2017 - IFES

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

IFBA	IFES
1-As ações que são desenvolvidas por esta Pró-reitoria contribuem diretamente na vida acadêmica dos estudantes?	
Sim	A Pró-reitoria encontra desafio e não dificuldades consideradas de certa forma

IFBA	IFES
1- Foram adotadas na sua gestão medidas institucionais para a melhora na qualidade do ensino no IFES?	
Sim	Sim
2- O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e a Comissão Permanente de Avaliação – CPA, estão em pleno funcionamento?	
O SINAES está funcionando e a CPA-precisa melhorar.	A CPA está funcionando, falta a gestão utilizar este instrumento na gestão
3- Os professores têm tempo para atendimento individual aos estudantes?	
Os professores trabalham em regime de 40 h e dedicação exclusiva se estão atendendo aos alunos fica difícil de acompanhar, eles têm ¼ do tempo para isso.	Sim
4- O bom rendimento no ENEM em 2014 trouxe benefícios para a Instituição?	
Sim, o IFBA está sendo bem avaliado pelo ENEM	Sim
5- Os professores possuem carga horária compatível a jornada de trabalho?	
Sim, temos 1311 professores EM, 70 CS e 220 substitutos. Antigamente os professores pediam para se afastar de sala de aulas para fazer pesquisa e outros projetos, mas não faziam, temos professores que dão apenas 4 horas e temos outros com alta carga horária.	Sim
6- Os cursos oferecidos atendem a expectativas das empresas na região?	
Não, temos o PPC bastante defasado e cursos de baixíssima procura no exame seletivo	Não, ainda precisamos nos aproximar do meio produtivo
7- Os formandos dos cursos profissionalizantes continuam seus estudos no curso superior?	
Não, muitos formandos procuram de imediato o trabalho	Sim
8- Existe acompanhamento para saber se os formandos estão trabalhando na área de sua formação acadêmica?	
Não existe acompanhamento de egresso.	Não, estamos implantando um projeto denominado “observatório de egresso”
9- A família participa ativamente do contexto escolar?	

Apenas no ensino técnico ou quando temos greve, esse movimento tem prejudicado muito o ensino	Sim
10- A Pró-reitoria de ensino reúne-se constantemente para avaliar o desempenho acadêmico?	
Sim, para verificar se os indicadores estão em conformidade	Sim
11- Você analisa positivamente a imagem desse Instituto frente a sociedade?	
A imagem perdeu muito comparada a Escola Técnica, principalmente quando implantou os cursos de indústria mecânica e petroquímica, atualmente nossos laboratórios estão precários, apenas o polo de inovação no centro tecnológico está desenvolvendo um trabalho bom na indústria de saúde	Sim
12- Quase todos os professores são ativamente engajados em atividades de desenvolvimento profissional (fazem pesquisa e curso de aperfeiçoamento)?	
Os docentes procuram se qualificar, hoje temos quase 100 professores afastado para doutorado e outros tantos para mestrado.	Sim
13- Os professores no ano passado, publicaram livros ou artigos em revistas técnicas, fizeram apresentações, palestras, etc?	
Sim, eles publicam livros, revistas, embora precisamos aprimorar o sistema de controle sobre a publicação desses livros	Sim
14- As normas internas existentes são cumpridas pelos chefes e coordenadores desse Instituto?	
Não, tivemos alguns problemas quanto ao cumprimento de horário e isso causou muita insatisfação	Sim
15- A diretoria indica claramente aos professores/funcionários administrativos quais suas metas para o futuro?	
As metas estão todas no site, cada um dos setores tem que buscar cumprir, os coordenadores estão sempre acompanhando.	Não, ainda faltam controle das metas propostas
16- Como é dado conhecimento aos moradores das diversas localidades sobre as Unidades do IF abertas no interior do Estado?	

Durante a implantação já causa um grande impacto pela sua construção, em seguida são realizadas audiências públicas com a sociedade para definição dos cursos a serem implantados	Após definição onde ficará o <i>campus</i> são feitas audiências públicas para definição de cursos que serão abertos com base na escuta da comunidade, também a comunidade é convidada para eventos.
17- Como é feito o procedimento de acesso aos cursos técnicos?	
Por processo seletivo	Por meio de processo seletivo onde a seleção é através de prova de conhecimento
18- Existe alguma cota para garantir formas de acesso aos cursos técnicos que contemplem a realidade loco/regional?	
Sim, estabelecemos 50% para alunos oriundos de escolas públicas e também para quem ganha até de 1,5 a 2,5 de salário mínimo, também temos cotas para negros e indígenas, entretanto, apenas um inscrito para negros e pardos, em ilhéus houve 35 inscritos, precisamos rever essas cotas.	Não
19- Quais são as formas de inscrição no processo seletivo?	
As inscrições são feitas pela internet, no valor de R\$ 30,00, mas esse valor pode ser reduzido para R\$ 3,00 se comprovar condições financeira baixa.	A inscrição é feita por meio de um sistema informatizado
20- Como é feita a divulgação do Processo Seletivo?	
Através do rádio, apesar das dificuldades, cartaz, site, twiter e facebook. Para este ano serão 5000 vagas, atualmente temos 26.000 alunos	Por Edital publicado na página do IFES, no jornal, no diário oficial e por cartazes
21- Existe divulgação específica para o resultado do ENEM?	
Não fazemos publicidade, inclusive a última divulgação o MEC retirou os institutos do ranking, os IF têm um padrão que não podemos comparar com as escolas do Estado.	Não
22- Existe avaliação junto aos docentes para identificar principais causas da evasão?	
	natural, devido ao período inovador, ou seja, criação de cursos superiores, precisamos

<p>A evasão é alta e precisa fazer um acompanhamento mais efetivo, muitas desistências depois da matrícula, outro problema está na própria sociedade acadêmica que não pode acompanhar o nível da escola, essa é uma questão social outra questão estar no atuar do professor que acha que por ser doutor se mostra muito eficiente para ensinar aos alunos que não tem um conhecimento adequado dificultando a aprendizagem.</p>	<p>Sim, temos em cada <i>campus</i> uma Comissão de Permanência e Êxito que discute essa temática nos campi</p>
<p>23- O Instituto colabora para a locomoção dos alunos para a escola</p>	
<p>Os campi do interior possuem parceria com as prefeituras para transportar os alunos, mas tem ocorrido problemas quando a prefeitura suspende o transporte.</p>	<p>Somente alguns campi, a exemplo do <i>Campus</i> Centro Serrano onde todos os alunos do curso técnico utilizam esse transporte.</p>
<p>24- O Instituto disponibiliza alimentação para os alunos? De que forma (gratuita ou paga)?</p>	
<p>Nem todos os campi tem restaurante, mas os que tem cobra-se um valor baixo.</p>	<p>A maioria dos campi possuem cantina ou restaurante, entretanto, alimentação gratuita para alunos do curso técnico somente é disponibilizado em três campi.</p>
<p>25- São disponibilizados serviço de saúde para os alunos? Em caso positivo, que tipo de saúde?</p>	
<p>Todas as unidades existem médico, enfermeiro, assistente social e dentista</p>	<p>Somente em três campi existem atendimento médico para os estudantes</p>
<p>26- Existem atividade de monitoria? Em caso positivo, os monitores recebem bolsas por isso? Qual o valor?</p>	
<p>Temos diversos monitores, a exemplo para desempenho em olimpíada, prova nacional do MEC e outras. Os valores oscilam</p>	<p>Os campi implantam os monitores, existe monitores voluntários também. O valor é de R\$ 400,00.</p>
<p>27- Existem atividades de nivelamentos? Em caso positivo como a sua oferta é organizada nos cursos? Como são feitos os diagnósticos que fundamentam a demanda de nivelamentos?</p>	
<p>Existe projeto de nivelamentos, nem todos os campi fazem, é realizado no período do curso, mas sentimos a necessidade de fazerem em mais tempo, pois o período é curto.</p>	<p>Alguns campi ofertam os nivelamentos, são estimulados a partir do acompanhamento dos alunos nas disciplinas do curso. Os alunos que tem mais dificuldades são estimulados a fazerem os nivelamentos.</p>
<p>28- Há atendimento específico para alunos com deficiência? Quais?</p>	

<p>Sim, esses alunos recebem tratamento especiais, temos mais de 36 interprete de libras, transcritores de braile e estamos contratando cuidadores para altista. A lei deu muita obrigação e pouca condição de atendê-los. Muitos surdos não tem o português como segunda língua, nós fazemos tudo, mas com muita deficiência, mas não deixamos de fazer, no <i>campus</i> de Salvador estamos instalando elevadores, esses obstáculos aos poucos estão sendo superados, temos também problemas com estrutura física.</p>	<p>Sim, os alunos com necessidades específicas são atendidos pelo Núcleo de Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do <i>campus</i></p>
	<p>criar toda estrutura para se adequar a essa nova realidade, e digo mais, no Brasil existem poucas experiências como essa, trabalhar a verticalização, preocupação com o desenvolvimento local, implantação de outras unidades, pouco equipamento tecnológico. Essa rede tem um significado diferenciado, é importante que se faça extensão, mas, com um olhar local, que gere desenvolvimento futuro no país, portanto, é mais desafio que dificuldades</p>
<p>2-Existem empecilhos que dificultam a realização das ações nessa Pró reitoria no Instituto?</p>	
<p>Sim, encontramos dificuldades para cumprir o regimento, entretanto, percebemos que é mais por ineficiência, antigamente tínhamos mais servidores e atualmente temos pouco e não temos ninguém na área de TI.</p>	<p>O maior empecilho está é o contingenciamento orçamentário, isso não é novo, desde 2015, estamos enfrentamos mais cortes o que atrapalha nosso planejamento, até 2015, tivemos um período de muito recursos, atualmente com a incorporação de novos campi o valor tonou insuficiente para atender com eficiência. Considerando que a pesquisa é a base para a universidade, entendo que extensão tem também o mesmo papel. Não tínhamos hábito de trabalhar com pesquisa e sim com extensão, portanto considero que</p>

	tanto a pesquisa, o ensino e a extensão precisam trabalhar juntos.
3- Os valores financeiros repassados para atendimentos às bolsas são suficientes?	
Os valores eram bons até 2014, hoje se tornaram insuficiente, recebíamos R\$800.000 reais, atualmente esse valor foi reduzido para 40%, já atendemos projetos de R\$40.000 e agora a liberação ocorre em 1/12 avos, são muitos eventos cancelados, temos portaria que restringe também diárias e passagens.	Antigamente eram razoáveis, hoje é um problema, pois os recursos vinham para atender pesquisa e extensão mais não vinha para o ensino, dessa forma estamos criando parcerias com outros órgãos visando angariar recursos para atender aos projetos
4- Existem projetos desenvolvidos com outras Pró-reitorias?	
Sim trabalhamos em parceria com pesquisa e ensino, temos diversos projetos com outras diretorias que envolve alunos e servidores.	Desde o início da minha gestão o reitor colocou que uma condição para continuar na gestão era o trabalho em harmonia com as demais Pró-reitorias. Assim, as atividades de curso de extensão nós fazemos em parceria com a Pró-reitoria de ensino, quando é alguma atividade que envolve a pesquisa trabalhamos em conjunto com a Pró-reitoria de pesquisa e assim por diante.
5-Os alunos mostram interesses em participar dos programas desenvolvidos por esta Pró-reitoria?	
Temos os alunos como aliados, eles concordam em participar não só como bolsista, mas também, como voluntário. Até os alunos podem ser proponentes inclusive atendendo a política estudantil.	Os alunos mostram muito interesses em participar dos projetos que são desenvolvidos pela Pró-reitoria, reduz a evasão, estamos estimulando a fazer um acompanhamento sistemático de rendimento acadêmico e evasão para compreender aqueles que participam com intensidade e aqueles que não tem tanta afinidade, assim, vamos verificar as causas de evasão e até mesmo de desempenho.

6-As empresas participam nos projetos desenvolvidos por essa Pró-Reitoria?	
<p>A participação com empresas hoje é pouquíssima, antigamente as empresas ligadas a Petrobrás participavam dos nossos projetos, hoje temos uma empresa ligada a energia eólica a empresa GIZ, ela quer que sejamos capacitadores de energia solar, capacitar membro da sociedade para atender demanda dessa empresa. O <i>campus</i> de salvador é quem está mais à frente desse projeto</p>	<p>Nós temos incubação de empresas, polos de mineração, que estimulam os pesquisadores a se relacionarem com as atividades empresariais, a essência da empresa é a sua capacidade de negociação de valor, e o ser humano muitas vezes não está acostumado a negociar e precisamos negociar, isso envolve pequenos ganhos outras vezes grandes ganhos, mas o importante é que todos tenham sua parcela de negociação, é preciso negociar. Sabemos que não é uma competência nata de todos nós, então um agente de integração, do campo empresarial, tem que ser um bom negociador caso contrário não fará um bom negócio.</p>
7-Existem fatores endógenos que dificultam as ações de planejamento dessa Pró-Reitoria?	
<p>A distância dos <i>campi</i> dificulta o desenvolvimento, temos grande demanda e as viagens são longas e não temos tempo de resolver em um dia.</p> <p>Faço meta de atender 10 <i>campi</i> por ano, sem contar os acompanhamentos com o reitor.</p>	<p>Sim, fatores endógenos, temos dificuldades de registrar e construir as bases de dados, ferramenta de gestão, temos recursos limitados, dificuldades de percepção para entender o desenvolvimento econômico, de maneira apropriada, a resistência que nossos servidores em produzir documentos, principalmente aquilo que eles fazem, produzir relatório, propostas e história e memória. Isso prejudica e muito, pois não ficam registrados se as ações e as proposta criadas deram certas ou precisam de modelação e isso tem prejudicado muito nosso planejamento.</p>

8-Existem fatores exógenos que dificultam as ações de planejamento dessa Pró-Reitoria?	
<p>A maior dificuldade é mudar a cultura dos servidores, principalmente dos tec. Administrativos, que estavam habituados as 6 horas de atividades ou chegaram achando que ia continuar com seis horas e devido parecer da CGU, tivemos que mudar essa cultura.</p> <p>Externamente, o mais difícil é trabalhar com empresas. Com as comunidades é fácil, pois, as empresas têm se tornado difícil estão fechadas e acham que o estado deve bancar tudo elas só querem obter vantagem sem contrapartida</p>	<p>Os maiores problemas são internos, os externos nós não temos encontrado nenhum empecilho que dificultem nossas ações, não temos dificuldades de agenda, talvez podemos observar que uma dificuldade é observada no próprio campo da política entre eles mesmos, com divergências e as vezes eles são inimigos um do outro e isso as vezes dificulta.</p>
9-Analisa que a imagem desse Instituto é positiva frente à sociedade?	

<p>A imagem é positiva, mas a nossa marca não tem o reconhecimento, por incrível que pareça nossa marca não superou o antigo CEFET. E deveríamos não ter dividido as duas instituições IFBahia e Baiano.</p> <p>Nós chegamos a um nível que nossos quase 3000 servidores não conhecem nossa capacidade de inovações.</p>	<p>A imagem do IFES é muito positivo diante da sociedade, talvez nem mesmo o nosso servidor não visualize essa satisfação, quando da criação desse instituto, houve a junção com as Escolas Agrotécnicas Federais do Espírito Santo, no início houve alguns entraves principalmente dos servidores mais antigos que se sentiram afastado, é como se tivesse pedido um membro, achavam que essas escolas foram absorvidas pelo instituto, precisou o reitor fazer uma reunião com todos os servidores e explicar como se deu a</p>
--	---

incorporação elucidando todas as dúvidas e retirando a ideia de que foram absorvidas e sim foram unidas para se tornarem mais fortes. As autarquias se uniram para criar nova instituição. O reitor ainda brincou, “isso é um casamento de quatro velhos e velho é cheio de mania, de não me toque”, mas a união vai trazer maior impacto positivo. A gente percebe um desajustamento e um discurso que elas foram absorvidas pelo CEFET, o que não é verdade. Mas também, observamos que chegaram muita gente nova e provocou um certo conforto devido ao desconhecimento da história das Escolas Agrotécnica. Assim, os impactos nas ações e nas culturas organizacionais, tem provocado discussão, principalmente quando se refere aos professores das áreas técnicas que não querem ir ao campo para ensinar e submetem aos alunos uma aprendizagem apenas em laboratório ou em sala de aula que tem ar condicionado o que é um contrassenso ter um ambiente favorável e não ser utilizados por uma questão de comodidade. Só em termo explicativo e para se tenha uma ideia, temos no laboratório o professor dando aula sobre o parto de uma vaca ou uma porca através de imagem ou foto e no curral existe a vaca parindo o que permitiria ao aluno uma aprendizagem com muito mais bagagem. Esse fato quando é investigado junto ao

	<p>professor ele responde que aprendeu assim na universidade. Acontece que antigamente os alunos dos cursos ligados a agropecuária desenvolvia muito mais atividades práticas que hoje devido a carga horária, essas práticas têm se tornado escassa. Agora, com essa nova conjuntura essas escolas que eram autarquia vão precisar negociar com a reitoria, talvez esse tenha sido o maior impacto das antigas Agrotécnicas, e nesse negociar vem os problemas da divisão de recurso, é que a democracia dói, e nem todos têm a especialidade de negociar, e quando o assunto é dividir todos sempre buscam o melhor para si.</p>
--	--

<p>10-Esta Pró-Reitoria desenvolveu alguma ação que possibilitou um bom desempenho dos estudantes no ENEM?</p>	
<p>Quanto ao Enem nós trabalhamos mais com a preparação para que os estudantes entrem aqui. Temos projetos que preparamos alunos para o Enem. Principalmente para atender o <i>campus</i> de Lauro de Freitas.</p> <p>Atender alunos para o curso integrado é mais importante.</p>	<p>Em 2014, o Enem foi visto como um fator muito positivo para esse Instituto. Na verdade teve um <i>campus</i> nosso que é o de Vitória que sobressaiu dos demais, é preciso entender que temos 22 unidades, mais um Centro de Referência, então são 23 unidades que trabalham com alunos e um deles conseguiu notas acima da notas dos últimos anos portanto foi um pico, um acontecimento que não retrata a realidade, porque temos anos de alto índice e outros de baixo, então apesar de ter uma repercussão na mídia, a televisão foi</p>

procurar professores fizeram reportagem, mas não podemos considerar como algo inédito, mesmo porque estamos na capital e queira ou não o ensino para ingressar no instituto tem um certo índice que é superior ao do interior. Essa não é a nossa preocupação nem nosso principal objetivo nós estamos voltados para ter um ensino de qualidade que proporcione ao estudante uma formação direcionada a cidadania que ele saia com uma visão crítica e conheça os obstáculos que vão encontrar pela frente, sabemos que é uma concorrência bastante rígida, dessa forma, não nos sentimos obrigados a ser o primeiro lugar em 2015 e também em 2016, nosso objetivo não é ter nosso estudante em primeiro lugar no ENEM, nosso objetivo é qualificar para o mundo do trabalho, apesar de reconhecer que a escola do ensino médio tem que qualificar os estudantes para o vestibular, mas isso é apenas uma etapa não é o nosso maior objetivo. Entretanto, para a Educação Profissional o Enem não é nem deve ser considerado um modelo a ser seguido, precisamos separar o que prioridade. Assim esse resultado foi excelente, deu uma visibilidade muito importante para o instituto, mostrando que estamos no caminho correto e aquilo que fazemos tem produzido um efeito muito positivo, o instituto tem

	<p>oferecido ao longo de sua história um ensino de qualidade e não podemos achar agora porque existe o ENEM que essa eficiência iniciou recentemente, esse trabalho tem história.</p>
<p>11- Existem acompanhamento para saber se os formandos estão trabalhando na área da sua formação acadêmica?</p>	
<p>Existe acompanhamento para saber se os alunos estão trabalhando na área de conhecimento é deficiente. Estamos trabalhando com o banco Santander visando cadastrar e obter dados para acompanhar efetivamente os egressos.</p>	<p>O acompanhamento de egresso ele carece de ferramenta que possibilite atualização constante, assim considero que esse acompanhamento ainda é feito de maneira muito arcaico, solicita que os estudantes responda formulário e encaminhe pelo e-mail, então, esse procedimento ainda é falho pois os estudantes quando se formam de certa forma eles vão se preocupar com sua vida e muitas vezes deixam de responder ou não dar a atenção necessária a causa, é o número do telefone que muda e não é informado sua atualização e outros fatos que dificultam um contato mais efetivo, assim, o acompanhamento de egresso em ponto estatístico ainda é muito falho, e não representa a realidade da amostra. Alguns campi têm encontro com egresso, mas são em poucos campis, temos conhecimento do <i>campus</i> de Alegre que realizam todos os anos. assim a amostra não deve ser representativa.</p>

12-Quase todos os professores desta universidade estão pessoalmente satisfeitos com o emprego?	
Os professores já se mostraram mais satisfeito, mas com a necessidade de acompanhar melhor a carga horária e registrar no ponto a distribuição de suas atividades no causou aborrecimento. Os professores não querem cumprir o ponto. Isso se deu com um grupo de servidores do <i>campus</i> de Eunápolis que fizeram uma denúncia para a CGU do <i>campus</i> de porto seguro, onde tinha uma flexibilidade além do normal.	O nível de satisfação do docente é considera média, tem muitos professores que entraram no instituto sem conhecer o que é o instituto, e com uma expectativa que estava entrando numa universidade e isso aí criou um desalinhamento com o ambiente, principalmente com a necessidade de fixação no interior o que tem criado muito transtorno pois muitos realizam outros concursos e depois deixam o instituto em péssima situação pois pedem demissão o que dificulta ter o profissional. O fato também foi a expansão em pouco tempo e isso trouxe de certa forma uma expectativa de muitos profissionais se acharem no direito de querer ser removido ou redistribuído, sem contar que muitos que fazem concurso indicam o local de interesse em <i>campus</i> bem afastado por acharem que vai ter facilidade de ser reaproveitado em outros campi mais próximo de seus interesses. Até mesmo quando estava em discussão a expansão muitos criticaram esse projeto, mesmo sabendo que sem a expansão uma boa parte de servidores hoje não estariam trabalhando no instituto. Acontece que hoje a situação mudou e vamos ver se com esse comportamento econômico

	fragilizado se as pessoas vão criticar o modelo atual de conter gastos.
13-As normas internas existentes são cumpridas pelos chefes e coordenadores da universidade?	
As normas internas são cumpridas e foi um dos motivos que causou problema na flexibilização. Pois, os servidores não estavam cumprindo seus deveres.	As normas internas são cumpridas pelos subordinados e o gargalo é na confecção de documentos historiando as atividades que são desenvolvidas, produzir documentos para prestar contas.
14-A Pró-Reitoria indica claramente aos professores/funcionários administrativos quais suas metas para o futuro?	
Temos dificuldades de apresentar as metas para todos os docentes a gente apresenta todas as nossas metas de todos os setores e apresenta a cada mês tudo o que está fazendo, assim, o servidor que acessa seu e-mail toma conhecimento.	As metas são divulgadas através de um planejamento estratégico , que foi estruturado em 2013 e 2014, esse planejamento envolveu um grande número de pessoas e essa foi a primeira vez que um projeto dessa natureza foi realizado, nós não temos uma cultura de valorizar o planejamento estratégico como guia de desenvolvimento da instituição, que é Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, esse planejamento precise ir mais próximo da vida profissional das pessoas, e as pessoas precisam valorizar mais esse plano, está mais próximo então é preciso mudar essa cultura nas pessoas para que esse planejamento aconteça, é preciso atuar no cotidiano, é um projeto que é feito de cinco em cinco anos.
15- Os professores no ano passado, publicaram livros ou artigos em revistas técnicas, fizeram apresentações ou palestras?	

<p>No ano passado muitos professores fizeram palestra, livros, revistas, artigos e relatos de conhecimentos. Inclusive no interior. As vezes o interior se revela até mais, isso é muito bom. Quantos aos jogos foi um exemplo onde o interior se mostrou mais eficiente que a capital, o <i>campus</i> de Jacobina foi o que atendeu mais edital.</p>	<p>Sim, essas atividades são realizadas constantemente.</p>
<p>16-Existe algum tipo de serviço/programa que apoie a inserção do aluno concluintes no mundo do trabalho?</p>	
<p>Estamos buscando aumentar o contato com empresas para aproveitar nossos alunos, houve uma redução e as empresas deixaram de buscar nossos alunos.</p>	<p>Nós temos programa complementar que acompanha os alunos chamado de formação complementar, que envolve o ambiente empresarial , estaleiro, uma empresa de Singapura, também atua em conjunto com nossa instituição oferecendo oportunidade de alunos desenvolverem estágios e depois até mesmo serem contratados, cria um relacionamento muito bom com as empresa juniores, agora ainda é falho o acompanhamento com esses estudante, as nossas ferramentas ainda são arcaica para se conseguir uma amostra representativa, as informações estão nos sites sociais,</p>
<p>17-Existe programa de acompanhamento de egresso? Como se desenvolve?</p>	
<p>Acompanhamento de egresso não existe.</p>	<p>Nós temos programa complementar que acompanha os alunos, a exemplo formação complementar que envolve o ambiente empresarial , estaleiro, Uma empresa de Singapura também atua em conjunto com nossa instituição oferecendo oportunidade para os alunos desenvolverem estágios e depois até mesmo serem contratados, cria um relacionamento muito bom</p>

	através de empresa juniores, agora ainda é falho o acompanhamento com esses estudante as nossas ferramentas ainda são arcaica para se conseguir uma amostra representativa as informações estão nos sites sociais.
18-Que ações o Instituto desenvolve em prol da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão?	
A gente lança editais em conjunto com a pesquisa, ensino e extensão. Isso tem facilitado e tem dado bons resultados. Todos os editais necessariamente envolvem os alunos.	Quanto a indissociabilidade nós exigimos que haja um relacionamento entre as Pró-Reitorias, assim, todas elas desenvolvem projetos que se unem através de atividades que são desenvolvidas em parceria com as demais Pró-Reitorias. Assim, é um princípio e estamos estimulando as pessoas a se adaptarem nesse programa principalmente nas atividades desenvolvidas junto com a sociedade.
19- Como se dá o encaminhamento para as atividades de estágios?	
Os estágios provocam uma maior aproximando da diretoria de ensino e o coordenador de extensão, facilitando o estágio, então todas as coordenações passaram a acompanhar mais próximo os estágios, o único estudante que tem seguro estágio são os estudantes de enfermagem.	Quanto aos estágios nós temos muitas dificuldades de encontrar estágios para para nossos estudantes, são poucas ofertas de estágios as vezes tem que estagiar dentro do próprio institutos. Isso é uma grande preocupação.
20-Como o Instituto interage com os arranjos produtivos locais?	
o instituto interage com os arranjos culturais, agricultura familiar o cooperativismo, AG-TER Agenda Territorial da Bahia, polo de desenvolvimento de toda a Bahia (ver folheto	Através de chamadas públicas, a fundação de apoio é o polo integrador, temos uma fundação e não existe nenhum problema com auditoria pública que tem auditado. A fundação é o principal vetor de integração tanto do público como do privado. O campo

encaminhado) agenda agricultura, e outras secretarias da agricultura.	público está mais reprimido devido à crise que se instalou, pouco recurso. O professor Renato citou que os Institutos da Bahia são tão próximo e não existe um programa ou projeto desenvolvidos pelas respectivas instituições diferentes do que ocorre com o Rio de Janeiro que são desenvolvidas diversas atividades em parcerias e sugere que precisa aproximar essas duas instituições.
---	---

PESQUISA DE CAMPO

QUESTIONÁRIOS com as devidas respostas dos Pró-reitores de Desenvolvimento Institucional do IFBA e IFES

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional do IFBA

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional do IFES

Data: 25/04/2017 - IFBA

28/04/2017 - IFES

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

IFBA	IFES
1. Todos os Conselhos do Instituto funcionam dentro do esperado?	
A formação dos nossos Conselhos acaba herdando um pouco das características do próprio CEFET e das Escolas Técnicas , e temos uma expectativa que ele serve para aprovar as questões inerentes da instituição,	A formação do Conselho Superior, Diretor e outros são atribuição do Gabinete, os temas relacionados ao Colégio de Dirigentes são discutidos por seus pares, agora todos os conselhos são homologados pelo Conselho

<p>temos a participação dos membros externos e por ser um conselho consultivo as pessoas tem um equívoco do real papel do que é um conselho o próprio nome já diz ele é consultivo infelizmente a nossa instituição tem se politizado muito e acaba levando para o conselho assunto que deveriam ficar a cargo da administração interna e termina tornando uma guerra que tem prejudicado muito a instituição, transformado o conselho num palco político. Talvez pela abertura que foi dada muitos dos que são eleitos tem se comportado de forma a travar a pauta, veja que democraticamente tivemos grande sucesso com a eleição para diretores e reitores o que ainda não foi alcançado pela própria universidade assim muitos conselhos não têm aproveitado o seu papel como conselheiro.</p>	<p>Superior. Neste Instituto todos os Conselhos funcionam normalmente.</p> <p>Não temos dificuldades de formar os conselhos, os membros dos conselhos internos são escolhidos pelos seus pares através de eleição,, utilizando como critério sempre uma porcentagem, para os campi que tiver até 1000 alunos, 01 representante, acima de 2000 alunos 2 representantes, e assim por diante, no site do instituto existe todos os critérios para tirar as dúvidas, após a publicação do edital que trata das respectivas reuniões para escolhas dos representantes nos conselhos, eles são empossados e começam a trabalhar. Nosso conselho superior existe em torno de 42 representantes, não temos maiores problemas para indicação dos representantes externos.</p>
<p>2. Existem empecilhos que dificultam as realizações das ações do Instituto?</p>	
<p>Os empecilhos existe sim, o problema é grave não se trata só do conselho tenho estudado muito o funcionamento dos institutos no Brasil por que não estamos sendo eficaz e eficiente, principalmente na qualidade que é o que propomos, que é a formação na educação profissional, isso compara a grandeza de recurso que recebemos, mas não estamos conseguindo sucesso como deveria ter principalmente com o alto gasto que se</p>	<p>Existe sim, alguns descontentamentos quando o assunto é referente as distribuições de vagas para docentes, tec. Administrativo e outros. Esse assunto sempre é questionado quanto aos critérios de divisão, a questão sempre a mesma, todos querem ser atendidos, e nós pensamos em atender todos igualmente. Outro tema que sempre causa problemas são os relacionados ao orçamento e obras, onde todos querem ser</p>

<p>tem investido comparando com países de primeiro mundo estamos gastando igualmente porém o retorno é horrível somos melhores que os países da África mas longe dos países de primeiro mundo, veja, que temos bons resultado no Enem, mas esse não é nosso objetivo principal, assim, estamos próximo de chegar alguém e barrar esse projeto da instituição porque ele não traduz o alto investimento, nosso índice ou números não retrata a realidade do investimento e isso é um problema grave e na forma como o país está passando a limpo com tanta corrupção vai chegar alguém e parar esse alto gasto, talvez esse problema esteja no nascimento dos institutos federais os estatutos tem falha grave, pensou em ser coerente e democrático mas não funciona desse jeito, houve uma falha grande e digo mais como temos eleições direta para diretores e reitores nós vamos ter dois gestores com linha de raciocínio diferente então os diretores muitas vezes não combina com as ideias dos reitores e ai como corrigir? Ou todas nossas unidades viram autarquia passa a ser responsável pelas suas ações, é uma questão de passar as responsabilidades também para os diretores, ou seja, eles vão ter que assumir também a responsabilidade e não dar as costas para a reitoria, e não atendendo apenas ao pleito local, favorecendo apenas seu grupo, os</p>	<p>beneficiados e não temos recursos para atender a todos.</p>
--	--

<p>números não são cobrados, e alunos e professores tem se aproveitado dessa situação. Os diretores querem fazer o que acham sem prestar satisfação ao reitor, temos estruturas, equipamentos, professores, servidores de boas qualidades e não são bem aproveitadas inclusive alguns campi não funciona em todos os turnos, dessa forma o reitor se preocupa com seu CPF que está atrelado as fiscalizações e precisam responder e assumir suas consequências, professores tem sua hora aula mais cara do mundo se comparar com outras instituições, são professores com baixíssima carga horária, com dedicação exclusiva e agora com RSC que não corresponde ao salário que ganha, se tornando de certa forma um marajá no interior da Bahia, o diretor geral tem um olhar na sua própria reeleição ou seu substituto.</p>	
<p>3. Existe participação da comunidade interna na tomada de decisões?</p>	
<p>As decisões são tomadas com a participação de todos os segmentos internos eles que vão garantir que nós estamos traçando o caminho certo.</p>	<p>Sim a participação interna é intensiva, não temos problemas de atrito para desenvolver as ações dentro das reuniões que são realizados no Conselho, não temos grupo radicais que inviabilizam o desenvolvimento das ações,</p>
<p>4. Existe participação da comunidade externa na tomada de decisões?</p>	

<p>A camada externa também contribui, entretanto, o IfBahia ficou sem seu fundo de amparo tínhamos uma fundação que ficou impedida de funcionar pela justiça, antes existia quando CEFET, mas depois que passou a instituto, não foi possível continuar.</p>	<p>Quando as empresas são solicitadas a PROEX, atua com muita eficiência em parceria com a PROPE, essas duas Pró-Reitorias têm trabalhado em sintonia e realizando um excelente trabalho, eles são bons negociadores em referência as ações que desejam implementar. Empresas como Vale do Rio Doce, EMPRAP, são exemplo dessa parceria. Entretanto não existe uma presença muito grande da empresa dentro da instituição, poderia ser mais participativa.</p>
<p>5. As empresas têm contribuídos financeiramente para desenvolvimento de pesquisa?</p>	
<p>Nós tínhamos parceria com muitas empresas, principalmente empresas privadas, a exemplo da Petrobrás que agora está atravessando por problemas de corrupção e deixamos de trabalhar com ela, mas temos realizado outros projetos com a Coelba.</p>	<p>As empresas contribuem dentro do necessário, entretanto, como as parcerias existe sempre uma contrapartida para que os projetos andem, principalmente nos projetos de pesquisa e extensão, não representam valores expressivos, mas tem impactado no desenvolvimento dos projetos.</p>
<p>6. Existem fatores endógenos que dificultam as ações de planejamento dessa Pró-Reitoria?</p>	
<p>Existe sim, o fator endógeno que mais dificulta as ações está relacionado as questões de cultura principalmente de planejamento porque ele é visto dessa forma: todos acham que é necessário mas não tem coragem de assumir e acompanhar nesse ir e vir e tem o pensamento mais imediatista eles “os servidores” não tem paciência de planejar, a situação é o seguinte se a gente quer comprar um celular vai e compra mas no</p>	<p>Atualmente nós temos carência de pessoal, pois muitos servidores passam em outros concursos e logo pedem demissão, outro fator que influencia negativamente são os afastamentos para capacitação, essa situação tem criado sobrecarga aos demais servidores, aqui por exemplo nessa pró reitoria temos 70 servidores, mais existe 3 grandes diretorias como a de Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e</p>

<p>planejamento nós não temos a cultura de planejar de acompanhar, de esperar, vivemos uma questão de corrupção se uma obra é planejada não deveria gerar aditivo mas vivemos no governo que todas são aditivadas como forma de corrupção até mesmo as leis que são criadas são cheias de defeitos, dá margens de dúvidas de corrupção e assim temos péssima resultados assim, os projetos que deveriam custar um valor passar a ser superfaturado.</p>	<p>Obras. Só para se ter ideia são mais de 2700 servidores.</p>
<p>7. Existem fatores exógenos que dificultam as ações de planejamento dessa Pró-Reitoria?</p>	
<p>Não</p>	<p>Não</p>
<p>8. Considera que a imagem desse Instituto é positiva frente à sociedade?</p>	
<p>A imagem desse instituto ainda temos uma imagem positiva porque as pessoas ainda não conseguem fazer uma relação dos gastos que citei acima, se eles tivessem uma calculadora iriam fazer sérias críticas.</p>	<p>O Instituto tem uma ótima credibilidade junto à comunidade, os campi têm procurado desenvolver ações que levem a comunidade atividades culturais para dentro da escola através de apresentações, cursos e atividades esportivas, palestras, feiras, etc. temos retornos muito positivo, boa reputação na universidade com a iniciativas dessas atividades.</p> <p>A junção do IFES com as Escolas Agrotécnicas Federais trouxe no início, algumas críticas, ou melhor, ameaças devidas as negociações que antigamente os diretores das Escolas Agrotécnicas antigamente se reportavam a Secretária do MEC e depois que passaram a ser integradas ao Instituto os</p>

diretores passaram a dialogar com o reitor do Instituto e não mais ao MEC. Entretanto, atualmente não existe mais nenhum entrave que prejudique o seu funcionamento, mesmo porque, antes da incorporação o Diretor do CEFET, já trabalhava com essas escolas, no sentido de apoiar no que era possível, inclusive, quando recebia alguma emenda de bancada destinava uma parcela dessas emendas para essas escolas, agora, os servidores mais antigos sente um pouco do saudosismo, mas sem dúvidas ficaram muito mais forte, ganharam muito mais, veja que antigamente eram escolas de 400 alunos em média e, hoje essas escolas estão com mais de mil alunos, sem falar nas obras de reestruturação, ampliação e equipamentos imobiliários e informática. Tudo isso sem dúvida houve um aumento na sua infraestrutura, inclusive, com a verticalização, pois, hoje oferecemos cursos superiores, assim analisamos que não houve prejuízo e sim ganhos, tendo em vista que as antigas Escolas Agrotécnicas sempre foram vistas num segundo plano, escolas desenvolvidas para atender demanda do campo, coisa da roça, e, hoje essas escolas estão muito mais visíveis, mais atuante, com um potencial muito melhor. Essas escolas eram vistas como grande fazenda, além do mais passaram a oferecer outros cursos, elas

	<p>tinham orgulhos de dizer que produziam muitos, eram tantos sacos de café e outros produtos que consideravam carro chefe em termos de produção, só que o ideal no nosso ponto de vista não estava na quantidade de produção, não se trata de quem produz ou arrecada mais, e sim como formar esses jovens melhor para o mundo do trabalho, é preciso trabalhar pensando na formação do cidadão e não na produção temos alunos que aprende mais outros menos, mas sem dúvidas ganharam muito mais.</p>
<p>9. Esta Pró-Reitoria analisa desenvolveu alguma ação importante frente ao desempenho dos estudantes no ENEM?</p>	
<p>Esta Pró-Reitoria ainda não desenvolveu ações ligadas ao ensino, mas estamos trabalhando para olhar relacionado ao desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão, nós vamos em busca de resposta, precisamos mostrar para a sociedade o índice de desenvolvimento, precisamos de buscar resposta porque tem curso que não funciona, o MEC deixa os institutos muito solto sem um acompanhamento. Essa reitoria vai passar a olhar de outra forma o desempenho das três Pró-Reitoria, vamos em busca de resposta, porque temos entraves, porque temos cursos que não desenvolvem.</p>	<p>ENEM, são várias leituras: primeiro fator está na qualificação dos professores, temos muitos professores com mestrado ou doutorado, temos a visão de preservar a cultura na qualidade do ensino que vem sendo desenvolvido desde a época do CEFET, onde os professores se comprometem com essa qualidade informando, ensinando e preparando os alunos para se adaptarem as formas e estilos das provas do ENEM.</p> <p>Esse espírito de boa formação tem muito a ver com a qualidade que estava sendo trabalhado pela direção, inclusive na época de escola técnica quando esses alunos prestavam vestibulares na Universidade Federal, a exemplos dos cursos de:</p>

	<p>construção civil, mecânica, elétrica, eletrônica de 80 a 90% dos aprovados eram oriundos da escola técnica. A concorrência é muito grande no processo seletivo, como temos uma quantidade maior de inscritos termina por selecionar os melhores alunos, portanto, é um comprometimento de todos, que tem colaborado com o bom desempenho dos alunos, veja que atualmente temos em torno de 20.000 alunos.</p>
<p>10. Os funcionários administrativos estão pessoalmente satisfeitos com o rumo que a universidade está tomando?</p>	
<p>Nossos funcionários têm um baixo índice de satisfação, eles que trabalham tem um baixo salário, porque o lugar da educação no brasil principalmente os técnicos são muitos baixos e a política salarial é inoperante.</p>	<p>A satisfação dos servidores administrativos está fragilizada, principalmente com a atual situação, assim considero média.</p>
<p>11. Quase todos os professores desta universidade estão pessoalmente satisfeitos com o emprego?</p>	
<p>Os professores acho médio o grau de satisfação apesar de dar poucas aulas e ter melhor salário.</p>	<p>A satisfação dos docentes é outra realidade, apesar de ter uma grande flexibilidade, quanto a carga horária também é considerada média, entretanto, diferentemente dos servidores administrativos esses docente tiveram ao longo do tempo vários ganhos que não justificam esse comportamento, ganharam o RSC – Reconhecimento de Saberes e Competência, flexibilização de horários, quantitativos de aulas baixos, e outros ganhos que não procede as reclamações, assim, existe docentes que querem ser removidos ou redistribuídos, outros pedem para serem liberados, e quando</p>

	não libera ficam doente, e por outro lado o próprio pró-reitor libera ou flexibiliza a falta, a questão é que os docentes de modo geral são contratados para exercerem 40 horas e muitas vezes não querem cumprir o contrato ou ser responsável em suas atribuições.
12- As normas internas existentes são cumpridas pelos chefes e coordenadores da universidade?	
As normas internas são cumpridas normalmente. A reitoria mexeu no relógio de ponto e na flexibilização e estamos atravessando um baixo grau de satisfação, e até alto grau de agressividade,	As normas são cumpridas normalmente
13. A diretoria indica claramente aos professores/funcionários administrativos quais suas metas para o futuro?	
A reitoria indica as metas para seus funcionários.	Os servidores alegam dificuldades de entregar resultados, elaborar e cumprir as metas do planejamento e quando são cobrados reclamam que é por falta de tempo e outras desculpas.
14. Quase todos os professores desta universidade estão pessoalmente satisfeitos com o emprego?	
Algumas medidas mexeram muito com a alta estima. Principalmente a flexibilidade do ponto. O MEC deveria assumir esse papel e resolver essa problemática. Os professores fazem palestra são bem movimentados.	Considero melhor que os servidores administrativos, apesar deles publicarem artigos, revista e outros, esse montante não são compatíveis com o número praticados nas universidades, onde publicam muito mais, entretanto, o instituto tem <i>campus</i> no interior do Estado, que atuam muito mais que o da capital, em virtude de desenvolver muitas parcerias com prefeituras, empresas e nos próprios colégios ajudando os

	<p>professores a melhorar suas aulas, até com outros Estados. Lá, são desenvolvidos vários projetos nos campi, esses projetos são implantados e incorporados de tal forma que quando conclui as atividades os próprios órgãos se encarregam de dar prosseguimento as atividades. Dessa forma, a comunidade começa a fazer parte da escola, essa parceria tem contribuído e muito para levar a comunidade para dentro da escola.</p> <p>As principais empresas que trabalham com a instituição são: Empresa de celulose, Corpo de Bombeiro e outras parcerias públicas privadas, Prefeitura, Associação, sindicatos, inclusive o Sindicato contribui com um projeto de cerâmica, telha, lajota, parceria que tem melhorado a produção de materiais cerâmico, é importante essa parceria pois a empresa colabora levando os equipamentos possibilitando dessa forma aplicar maiores conhecimentos.</p> <p>Nessa reitoria nós não temos horários de sair, pois aqui trabalhamos muito, mas, essa prática partidária fora da escola tem contribuído para a fragilidade dentro da própria instituição.</p>
--	---

PESQUISA DE CAMPO

QUESTIONÁRIO com as devidas respostas dos Pró-reitores de Pesquisa do IFBA e IFES

Pró-reitor de Pesquisa do IFBA

Pró-reitor de Pesquisa do IFES

Data:25/04/2017 – IFBA

08/05/2017 - IFES

ÁREA: PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

IFBA	IFES
1- O instituto oferece condições adequadas para a realização de pesquisa?	
O instituto não oferece condições adequadas porque falta recurso financeiro, capacitação dos servidores. Perdemos muitos Editais por despreparo do pesquisador que não são treinados para elaborar edital, outro problema é a carga de aulas dos professores.	Sim.
2- Existem parcerias com outros órgãos visando desenvolvimento da pesquisa?	
Muito pouca parceria com instituições, falta de iniciativa e os pesquisadores não vão em busca dessa parceria eles acham que é a instituição que deve busca parceria.	Sim.
3- Os recursos destinados a bolsa de iniciação à pesquisa atendem satisfatoriamente?	
Os recursos são adequados, temos 180 bolsas pibic, e pibim, desenvolvemos parceria com a Pró-Reitoria de Extensão.	Os recursos não atendem 100% dos estudantes envolvidos com os Programas de Iniciação Científica.

4- Esta Pró-Reitoria desenvolve atividades com outras Pró-Reitorias?	
Sim, desenvolvemos atividades com outras Pró-Reitorias.	Sim.
5- As empresas têm contribuídos financeiramente para desenvolvimento de pesquisa?	
As empresas têm contribuído, mas é uma parceria com os pesquisadores, é um tipo de prestação de serviço. Tínhamos uma parceria das empresas do polo, eles levaram todos os equipamentos e até montou um laboratório, hoje encontra-se desativado, esses projetos antigamente funcionava por causa da fundação, mas, depois não foi à frente e a fundação teve de ser desativada, porque os servidores brigaram, um querendo ganhar mais que outros.	Embora esse número seja pequeno, já existem empresas contribuindo.
6- Existem fatores endógenos que dificultam as ações dessa Pró-Reitoria?	
Sim, aqui a gestão tem uma visão mais institucional.	Não.
7- Existem fatores exógenos que dificultam as ações dessa Pró-Reitoria?	
Os órgãos de fomentos não reconhecem o instituto como instituição de pesquisa e eles dizem que os institutos não é para fazer pós-graduação.	Não.
8- Analisa que a imagem desse Instituto é positiva frente à sociedade?	
A visibilidade do IFBahia é neutra diante da sociedade. Muitos não conhecem o significado e confundem com o IFBaiano e o	É positiva.

que é mais grave não fazem relação com o antigo CEFET.	
9- Esta Pró-Reitoria desenvolveu alguma ação que proporcionou um bom desempenho dos estudantes no ENEM?	
Sobre o ENEM, não fazemos nenhuma influência.	Não.
10- Quase todos os professores são ativamente engajados em atividades de desenvolvimento profissional (fazem pesquisa e curso de aperfeiçoamento)?	
Não.	Não.
11- As normas internas existentes são cumpridas pelos chefes e coordenadores da universidade?	
As normas internas são cumpridas na íntegra.	Sim.
12- Os professores no ano passado publicaram livros ou artigos em revistas técnicas, fizeram apresentações, palestra?	
Sim, publicaram livros. Os professores quase não fazem palestra e quase não são procurados para isto.	Sim.
13- A diretoria indica claramente aos professores/funcionários administrativos quais suas metas para o futuro?	
Sim	Sim.
14- Existe Programa de Iniciação Científica para alunos do curso técnico?	
Sim, através de Editais, oferecemos bolsas no valor de R\$200,00 reais.	Sim, no IFES há Editais de iniciação científica para estudantes de nível integrado, concomitante e subsequente, com bolsas do CNPq e do IFES.
15- Quais as principais ações de Pesquisa disponibilizadas para os alunos do ensino médio?	
Programa de iniciação científica e divulgação de grupo de pesquisa.	Apresentação de trabalho em jornada de iniciação científica e possibilidade (apoio dos campi) de participação em congresso científico.